

GUILHERME FRAZÃO CONDURU

**IDENTIDADE NACIONAL E PATRIMÔNIO:**

**a construção simbólica da nação**

Trabalho de Conclusão de Curso -  
Monografia apresentada ao Departamento de  
Estudos da Escola Superior de Guerra como  
requisito à obtenção do diploma do Curso de  
Altos Estudos de Política e Estratégia.

Orientador: Gilberto Vianna.

Rio de Janeiro  
2014

C2014 ESG

Este trabalho, nos termos de legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). É permitido a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor e não expressam qualquer orientação institucional da ESG

---

Assinatura do autor

Biblioteca General Cordeiro de Farias

Conduru, Guilherme Frazão.

Identidade Nacional e Patrimônio: a construção simbólica da nação/Guilherme Frazão Conduru. - Rio de Janeiro: ESG, 2014.

56 f.

Orientador: Major Gilberto Vianna

Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), 2014.

1. História do Brasil. Identidade nacional. 2. Patrimônio cultural. Patrimônio intangível. 3. Política de memória. I. Título.

*Para Bianca*

## RESUMO

A monografia, de caráter historiográfico, toma como objeto de estudo momentos históricos de construção de referenciais de identidade nacional do Brasil. Ao reconhecer o papel privilegiado do Estado na criação de símbolos representativos da nação, a pesquisa indicou a natureza política dos processos de construção de referenciais de identidade nacional. Do ponto de vista teórico, o estudo adotou uma perspectiva multidisciplinar: de um lado, procurou aproveitar a contribuição de historiadores que se dedicaram aos temas da nação e da formação do sentimento nacional, da memória social e das comemorações; de outro, apoiou-se em estudos contemporâneos sobre patrimônio cultural e museus. A monografia apresenta seis estudos de caso sobre a construção simbólica da nação: as cerimônias de Aclamação e Coroação de Pedro I, em 1822; o uso da representação romântica do índio como símbolo nacional, durante o Segundo Reinado (1840-1889); as encomendas oficiais de pinturas históricas sobre episódios da Guerra do Paraguai (1864-1870); a oficialização de Tiradentes como herói nacional pelo primeiro governo republicano; a evolução do culto a Caxias como patrono do Exército a partir da década de 1920; e a introdução, em 1994, da reverência à primeira Batalha de Guararapes, disputada em 1648, como origem do Exército e da nação. Analisados de forma sintética, cada um desses processos de construção simbólica foi entendido como uma arena de disputas políticas, onde se enfrentaram diferentes interesses e objetivos políticos.

Palavras chave: História do Brasil. Identidade nacional. Patrimônio cultural. Patrimônio intangível. Símbolos nacionais. Política de memória.

## ABSTRACT

This monograph takes as object historical moments of the construction of reference points of the Brazilian national identity. Recognizing the role of the State as protagonist in the creation of national symbols, the research indicated the political character of the processes of construction of national identity landmarks. From a theoretical perspective, the essay adopted a multidisciplinary approach: on one side, it tried to incorporate some contributions of historians who have worked on nations and national consciousness, social memory and commemorations; on the other, it used as support contemporary studies on cultural heritage and museums. The monograph presents six case studies about the symbolical construction of the nation: the Acclamation and Coronation of Pedro I, in 1822; the utilization of the romantic representation of the Indian as a national symbol during the Second Reign (1840-1889); official commissions of works of art depicting episodes of the Paraguayan War (1864-1870) as the origin of the cult of military national heroes; the institutionalization of Tiradentes as national hero by the first Republican government; the evolution of the cult to Caxias as patron of the Brazilian Army; and, last but not least, the reverence, since 1994, to the first Battle of Guararapes, fought in 1648, as the origin of both the Army and the nation. Synthetically analyzed, each one of these processes of symbolic construction is understood as political arenas, where different points of view reflect different interests and political objectives that fight against each other.

Keywords: History of Brazil. National identity. Cultural heritage. Immaterial heritage. National symbols. Politics of memory.

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AIBA	Academia Imperial de Belas Artes
AIB	Ação Integralista Brasileira
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FUNAG	Fundação Alexandre de Gusmão
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MHD	Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty
MHN	Museu Histórico Nacional
MinC	Ministério da Cultura
MN	Museu Naval
MNBA	Museu Nacional de Belas Artes
MRE	Ministério das Relações Exteriores
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PNM	Política Nacional de Museus
SENAC	Serviço Nacional do Comércio
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2 O PAPEL DO ESTADO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL: REFERÊNCIAS TEÓRICAS.....</b>	<b>5</b>
2.1 FORÇAS PROFUNDAS, TRADIÇÕES E COMEMORAÇÕES: CONTRIBUIÇÕES DA HISTORIOGRAFIA .....	5
2.2 A NOÇÃO DE PATRIMÔNIO: CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS SOBRE PATRIMÔNIO E MUSEUS .....	11
<b>3 BATALHAS DA MEMÓRIA: A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DA NAÇÃO .....</b>	<b>16</b>
3.1 A ACLAMAÇÃO E A COROAÇÃO DE PEDRO I: DUALIDADE SIMBÓLICA NA ORIGEM DA NAÇÃO .....	17
3.2 ASCENSÃO E QUEDA DA REPRESENTAÇÃO ROMÂNTICA DO ÍNDIO COMO SÍMBOLO NACIONAL .....	21
3.3 A MEMÓRIA DA GUERRA DO PARAGUAI E A ORIGEM DO CULTO AOS HERÓIS MILITARES .....	24
3.4 TIRADENTES COMO HERÓI NACIONAL E A SIMBOLOGIA OFICIAL DA REPÚBLICA .....	32
3.5 CAXIAS <i>VERSUS</i> OSÓRIO: INVENÇÃO DE TRADIÇÕES NO EXÉRCITO BRASILEIRO .....	34
3.6 O MITO DA BATALHA DE GUARARAPES COMO ORIGEM DO EXÉRCITO E DA NAÇÃO .....	39
<b>4 CONCLUSÃO: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E DA IDENTIDADE NACIONAL COMO ARENAS POLÍTICAS .....</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>47</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Estado-nação, fenômeno histórico surgido há cerca de 250 anos, a partir das revoluções Americana (1776) e Francesa (1789), disseminou-se, de forma gradual, em todo o mundo como modalidade predominante de organização política. Para sua consolidação institucional e legitimação social, o Estado-nação necessita de vínculos que associem e unifiquem a coletividade que o integra em torno de um sentimento de comunidade. Esse sentimento - que singulariza e distingue uma comunidade nacional em relação a outras - encontra na identidade nacional ponto de apoio fundamental e importante veículo de transmissão: é a identidade nacional que fornece o cimento de coesão social necessário para a reprodução das relações sociais que constituem o Estado-nação como entidade política soberana.

Estudos sobre a nação e o nacionalismo indicam que os Estados nacionais utilizam variados recursos simbólicos - como bandeiras, escudos, hinos, heróis, solenidades cívicas, comemorações, programas escolares, entre outros - como instrumentos para fortalecer a coesão social, legitimar a ordem política, inculcar valores e estabelecer referenciais de identidade nacional. Cada Estado-nação promove comemorações em torno de eventos e personagens que julgam significativos e representativos da nacionalidade e com os quais a coletividade nacional se identifica. Figuras e fatos históricos são convertidos em símbolos porque encarnam valores e, quando apropriados pela coletividade, passam a integrar um patrimônio comum.

A aceleração dos processos de movimentação e concentração financeira, integração produtiva e interdependência econômica; a emergência de problemas difusos que afetam, de forma indiscriminada, todos os membros do sistema internacional, como as ameaças ao meio ambiente, a ação do crime organizado e o terrorismo; e o desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e informação constituem alguns dos múltiplos aspectos do fenômeno da globalização contemporânea. À medida que o processo de globalização se aprofundou no último quarto do século XX, acreditou-se que o Estado-nação entraria numa fase de declínio como instância de poder e como modalidade de organização social e política.

Passados um quarto de século do fim da bipolaridade hegemônica, desencadeada pela dissolução do bloco soviético, o Estado-nação permanece como a entidade política que mais concentra poder nas suas diferentes expressões e que



oferece a alternativa predominante de representação da identidade coletiva e individual, apesar da difusão de outros vínculos de representação identitária. A pluralidade de possibilidades de identificação pessoal e coletiva - religiosa, étnica, ideológica, profissional, de gênero, de opção sexual, entre uma infinidade de opções - não deslocou o Estado-nação da posição de principal fonte de referência identitária no mundo contemporâneo. De qualquer forma, o sentimento nacional, hoje, deve disputar com outras referências concorrentes de identidade (que podem ser de ordem transnacional, subnacional ou supranacional) a primazia das opções identitárias individuais e coletivas.

A reflexão a ser desenvolvida neste estudo tem como pano de fundo a discussão em torno do significado da identidade nacional e pretende contribuir, por meio da análise de exemplos históricos, para fundamentar possíveis respostas à seguinte questão: que iniciativas no campo cultural o Estado-nação pode empreender para fortalecer o sentimento de pertença à comunidade nacional? Em outras palavras, de que maneira o patrimônio histórico e cultural, material e intangível, pode ser explorado como instrumento de educação e de comunicação a serviço da sociedade, da coesão social e da legitimação institucional, no quadro de uma política de memória plural e inclusiva?

O ponto de vista a partir do qual se desenvolverá a investigação histórica sustenta-se sobre dois pressupostos teórico-metodológicos: (I) a desnaturalização dos conceitos de nação e de Estado-nação a partir do entendimento do “nacional” como construção histórica, social e política; e (II) o reconhecimento do interesse e da capacidade do Estado de criar marcos nacionais de referência identitária.

Símbolos nacionais são criados, valorizados, difundidos e, por vezes, abandonados e esquecidos no processo de construção da identidade nacional, a qual pretendem representar. Para efeitos da argumentação a ser desenvolvida e sem pretender esgotar as perspectivas de análise, os referenciais de identidade nacional poderiam ser classificados da seguinte forma: (1) os “símbolos oficiais” de representação do Estado, tais como bandeira, hino, escudo, selos, representação gráfica do perímetro espacial onde se exerce a soberania (mapa), comemorações de datas em homenagem a episódios ou personagens da história nacional, com seus rituais cerimoniais específicos; (2) os “símbolos patrimoniais materiais” constituídos por bens culturais de valor histórico, artístico ou ambiental, como monumentos arquitetônicos (civis, militares, religiosos ou cívicos) e conjuntos urbanos, acervos

museológicos e documentais (artístico, arquivístico, bibliográfico, cartográfico, entre outros), sítios arqueológicos, reservas naturais; são referenciais objeto de políticas preservacionistas que se valem do instituto do tombamento; e (3) os “símbolos patrimoniais intangíveis”, constituídos por práticas, saberes e fazeres que incluem técnicas, comemorações, rituais, cerimônias religiosas, danças, ritmos, receitas medicinais ou culinárias, entre outras ações possíveis, além de bens materiais como lugares e objetos de uso ritual, que são objeto de políticas preservacionistas que valorizam a diversidade cultural; são referenciais que passaram a ser identificados e acompanhados por meio do instrumento do registro.

Por um lado, não teríamos dificuldades em caracterizar o culto a heróis nacionais, regularmente celebrado nas comemorações das datas nacionais, e a valorização moral dos seus feitos como expressões de referenciais de identidade nacional do tipo “oficial”. Um exemplo seria o culto a Tiradentes e a celebração do 21 de Abril. Da mesma forma, a celebração, periódica e regular, de fatos históricos de significado nacional - como o Sete de Setembro ou o Quinze de Novembro -, constituem exemplos de referenciais oficiais.

Por outro lado, seria válido considerar que o caráter imaterial dos valores e princípios que se invocam e se cultuam nas datas nacionais em honra de acontecimentos ou de heróis - seja a liberdade, a dedicação pessoal, o espírito de sacrifício, seja a independência ou a igualdade - confere a essas comemorações uma dimensão simbólica? Dito de outra forma, seria possível, do ponto de vista analítico, considerar as comemorações das datas nacionais e seus respectivos significados como símbolos patrimoniais intangíveis da identidade nacional? Como integrantes de um patrimônio simbólico, portanto, intangível da nacionalidade? Seja como for, a apropriação social desses símbolos, ou seja, a natureza e o grau de identificação da sociedade com esses símbolos e seus respectivos significados constitui indicação de sua vigência, condição de sua institucionalização como patrimônio.

Cada época produz os símbolos da identidade nacional que julga necessários. Para que seja institucionalizado, cada símbolo deve disputar com símbolos concorrentes pela representação do nacional; a disputa pode ainda se travar entre interpretações divergentes sobre o significado do mesmo símbolo. Este estudo pretende oferecer uma contribuição de caráter historiográfico para se pensar o papel do Estado como agente interessado na criação de um patrimônio simbólico

representativo da nacionalidade. Para isso, toma como objeto seis momentos do processo de construção simbólica da nação. A pesquisa historiográfica acerca desses processos de construção de símbolos que pretenderam representar a nação brasileira, desde a Independência política até os dias de hoje, indicou sua natureza política.

Para embasar a reflexão e a pesquisa histórica numa perspectiva multidisciplinar, procuram-se identificar, na seção 2, alguns marcos teóricos extraídos de duas vertentes acadêmicas complementares: a contribuição da historiografia e a contribuição dos estudos sobre patrimônio e museus. Na seção 3, examinam-se seis processos de construção de referenciais simbólicos de identidade nacional, entendidos como arenas de disputas políticas: (1) as cerimônias da Aclamação e Coroação do primeiro mandatário brasileiro; (2) a apropriação da figura do índio como símbolo da nacionalidade; (3) o surgimento de heróis nacionais militares a partir da Guerra do Paraguai; (4) a institucionalização pelo primeiro governo republicano de Tiradentes como herói nacional; (5) o deslocamento do culto a Osório pelo culto a Caxias como patrono do Exército; e (6) a introdução da reverência à Batalha de Guararapes como símbolo da origem da nação e do Exército brasileiro.

Nas considerações finais, além de um resumo do significado dos referidos processos de construção da identidade nacional, são sistematizadas algumas conclusões e levantadas algumas implicações para o Estado da necessidade de formulação de políticas para o campo da memória institucional e política.

## **2 O ESTADO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL: REFERÊNCIAS TEÓRICAS**

O objetivo desta seção consiste em apresentar e comentar referências teóricas, originárias de diferentes linhagens acadêmicas, para uma aproximação ao tema das relações entre Estado, identidade nacional e patrimônio nacional. Um primeiro conjunto de referências provém da produção historiográfica, em particular, de estudos nas áreas de relações internacionais, nação e nacionalismo e identidade e memória. Um segundo conjunto reúne formulações provenientes do campo de estudos sobre patrimônio e museus.

### **2.1 FORÇAS PROFUNDAS, TRADIÇÕES E COMEMORAÇÕES: CONTRIBUIÇÕES DA HISTORIOGRAFIA**

Apresentavam-se, a seguir, algumas reflexões de historiadores que se ocuparam do tema da formação do Estado nacional e do desenvolvimento do sentimento nacional, reflexões que oferecem perspectivas metodológicas e fundamentação teórica para a análise do papel do Estado no fortalecimento da coesão social por meio de ações e políticas voltadas para enraizar, na mentalidade coletiva de seus cidadãos, o sentimento de pertencimento à comunidade nacional.

Referência clássica para os estudos históricos sobre Relações Internacionais, o historiador francês Pierre Renouvin (1893-1974) trabalhou o conceito de “forças profundas” para designar o conjunto de fatores que, em grande medida, determinariam o curso das relações entre os Estados. Assim, as condições geográficas (clima, relevo, hidrografia, solo, subsolo etc.), as condições demográficas, os interesses econômicos e financeiros, as características da mentalidade coletiva, entre elas, o enraizamento do sentimento nacional, constituiriam “forças profundas”, cuja análise seria fundamental para entender o desenvolvimento das relações internacionais (RENOUVIN, 1967, p. 5-8).

Ao discorrer sobre o sentimento nacional, Pierre Renouvin avalia o peso relativo de diferentes variáveis que interagem no processo de surgimento de uma nação e na formação da consciência de interesses nacionais comuns: território, etnia, língua, recordações históricas, tradições, cultura, religião, condições econômicas e sociais. Considera que para que uma nação seja identificada e historicamente constatada, o “único critério válido consistiria na manifestação de

uma vontade comum, de um *querer viver em comum*” (RENOUVIN, 1967, p. 180-185 e 219, com grifo no original).

No que diz respeito às relações entre Estado e nação, Renouvin reconhece a singularidade do caso europeu, onde as nacionalidades teriam precedido o Estado, à diferença das áreas ex-coloniais, onde o Estado protagonizou iniciativas de formação da nacionalidade:

A nação, na Europa, se afirmou, no século XIX, como uma força própria, quer independente do Estado (no caso das minorias nacionais), quer anterior ao Estado (no caso dos movimentos nacionais unitários). Ao invés disso, fora da Europa, foi o Estado que, no mais das vezes, precedeu a nação e foi ele o principal agente da formação do sentimento nacional: tal o caso nos Estados sul-americanos, no Canadá, na África negra, enquanto os movimentos nacionais árabes apresentam mais analogias com as experiências europeias. (RENOUVIN, 1967, p. 220).

Renouvin cita a reação dos Estados nacionais latino-americanos aos movimentos migratórios oriundos da Europa no final do século XIX para exemplificar tentativas de fomentar sentimentos de identidade coletiva. Embora promovida, em grande medida, pelos Estados latinos da América, a migração europeia em massa teria ameaçado a coesão social das nacionalidades latino-americanas. Renouvin sublinha o papel desempenhado por festas militares e cerimônias cívicas, estimuladas pela imprensa, como despertadoras da consciência nacional. Assinala os sistemas educacionais públicos, que, em especial por meio do ensino da História, atuaram como catalizadores do sentimento nacional. Conclui que, no caso latino-americano, não se deve encarar o sentimento nacional como manifestação espontânea dos povos, mas como uma construção organizada e orientada pelos poderes públicos, que fizeram uso, em especial, da educação. Embora generalizante, a análise do autor aponta para o interesse e a capacidade do Estado de agir sobre o imaginário social. (RENOUVIN, 1967, p. 200-202).

Segundo o historiador britânico Eric Hobsbawn (1917-2012), a velocidade das transformações na era industrial teria enfraquecido ou destruído padrões de referência social para os quais velhos costumes e tradições foram concebidos e se desenvolveram. Quando esses padrões não mais se adaptam ou não se flexibilizam

o suficiente diante de novas condições sociais, desencadear-se-ia um processo de formalização e ritualização de novas tradições, caracterizado pela referência ao passado e imposto pela repetição. Hobsbawn cunhou a expressão “invenção de tradições” para designar o conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, por meio das quais se pretende inculcar valores e regras de conduta, que forjariam uma continuidade artificial com o passado por meio da repetição. Hobsbawn distingue três funções desempenhadas pelas *tradições inventadas*, que corresponderiam a seus objetivos: (1) como função geral, comum a todas as tradições, estimular ou simbolizar a coesão social; (2) estabelecer ou legitimar instituições, hierarquias ou relações de autoridade; e (3) socializar, inculcar crenças, sistemas de valores e normas de comportamento (HOBSBAWN, 1997, p.1-14).

Na Europa, modelo civilizacional para a elite imperial brasileira, também se assistia ao emprego de processos simbólicos conduzidos pelos Estados para fortalecer as referências de identidade entre os integrantes das respectivas comunidades nacionais. Hobsbawn caracteriza diferentes modalidades de *invenção de tradições* utilizadas pelos Estados de industrialização avançada, no último quartel do século XIX, para garantir lealdade e obediência das massas nacionais, que começavam a se mobilizar politicamente.

Na França, foram utilizados como recursos pedagógicos e simbólicos a universalização da educação primária pública laica, com princípios e conteúdo republicanos, a organização de festividades cívicas, que combinavam a exibição do aparato simbólico do poder estatal com divertimento popular, e a produção em série de monumentos públicos, cuja temática se concentrava na imagem feminina símbolo da República e em figuras notáveis locais. No Império alemão, unificado em 1870 sob a liderança da Prússia, os monumentos seriam grandiosos, com decorações alegóricas, e as estátuas se fixariam na imagem do monarca. Além disso, novas cerimônias iriam celebrar vitórias militares que viabilizaram a unificação nacional. Nos Estados Unidos, onde o Estado se deparava com o problema da assimilação da massa heterogênea de imigrantes, o sistema educacional foi transformado em instrumento de socialização política por meio do culto da bandeira norte-americana (HOBSBAWN, 1997, p. 263-307).

O historiador britânico enfatiza a relevância das *tradições inventadas* para o estudo do fazer historiográfico ao assinalar que essas tradições fazem uso da História como instrumento de legitimação da ação política e como cimento da

identidade cultural das nacionalidades (HOBSBAWN, 1997, p. 12-13). A título de exemplo, no Brasil, a noção de tradições inventadas foi utilizada como recurso metodológico em estudos sobre os rituais simbólicos do Exército e sobre o processo de formulação de políticas de preservação do patrimônio cultural (CASTRO, 2002; FONSECA, 2005).

Em ensaio sobre a evolução das relações entre memória e história, o historiador francês Jacques Le Goff (1924-2014), ao focalizar a formação do Estado moderno, identifica um alargamento da memória coletiva ao longo do século XVIII e uma explosão do espírito comemorativo no século XIX. O movimento racionalista e científico da Ilustração teria estimulado a criação de depósitos centrais de arquivo em vários países europeus. A Revolução Francesa criou os arquivos nacionais e decretou a publicidade desses arquivos. Ao longo do século XIX, os museus assumiram caráter público e nacional. Para exemplificar a aplicação política da história por meio de comemorações, Le Goff sublinha as celebrações das jornadas revolucionárias na França como ingrediente da memória coletiva. Assinala que na organização de festas comemorativas, quer de acontecimentos políticos, quer de vitórias militares, se manifestaria a manipulação da memória por objetivos políticos:

Se os revolucionários querem festas comemorando a revolução, a maré da comemoração é, sobretudo, apanágio dos conservadores e ainda mais dos nacionalistas, para quem a memória é um objetivo e um instrumento de governo. [...]. Ao 14 de Julho republicano, a França católica e nacionalista acrescenta a celebração de Joana D'Arc. A comemoração do passado atinge o auge na Alemanha nazista e na Itália fascista. [...] A comemoração apropria-se de novos instrumentos de suporte: moedas, medalhas, selos de correio multiplicam-se. (LE GOFF, 2003, p. 458).

Le Goff conclui que a memória constitui elemento essencial da identidade, individual ou coletiva. Argumenta que a memória social é, ao mesmo tempo, uma conquista, um instrumento e um objeto de poder; neste sentido, caberia aos profissionais da memória – historiadores, antropólogos, sociólogos, jornalistas, museólogos etc. – lutar pela democratização da memória social “para que sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 2003, p. 469-471).

Na introdução à coletânea de ensaios “Comemorações: a política da identidade nacional”, o historiador norte-americano John R. Gillis oferece um roteiro para a análise da relação entre Estado, memória e identidade. Gillis parte do princípio de que memória e identidade, como representações da realidade, constituem fenômenos subjetivos. Noções onipresentes na contemporaneidade, memória e identidade estão interconectadas: de um lado, o significado essencial de qualquer identidade, individual ou coletiva, isto é, o sentimento de ser o mesmo ao longo do tempo e através do espaço, somente se sustenta por meio da memória; de outro lado, a memória ou o que é lembrado se define pela identidade. Embora referenciadas muitas vezes como objetos materiais, que podem ser perdidos e/ou recuperados, as ideias de memória e de identidade não são fixas; ao contrário, variam com o tempo. As identidades nacionais, como fenômenos históricos, seriam, portanto, construções sociais, que podem e devem ser “decodificadas” a fim de se discernir as relações que criam e sustentam (GILLIS, 1994, p. 3-4).

As relações entre Estado, memória e identidade podem ser exploradas pelo estudo das comemorações públicas, atividades políticas e sociais que, apesar do aparente consenso que projetam, envolvem disputas e confrontos. Gillis propõe uma periodização exploratória sobre a história das comemorações: (I) fase pré-nacional, até o último quarto do século XVIII; (II) fase nacional, das revoluções Americana e Francesa até os anos 1960; e (III) fase pós-nacional contemporânea.

No período anterior às revoluções do final dos Setecentos, enquanto apenas a Igreja, a aristocracia e as casas dinásticas reais se preocupavam com o registro institucional do passado, o povo vivenciava o passado como parte do presente, sem necessidade de arquivos ou monumentos. Com as transformações políticas, econômicas e sociais desencadeadas a partir da era das revoluções, ao longo do século XIX passa a crescer a demanda por comemorações, conforme assinalado por Le Goff. A memória nacional passa a ser alimentada e compartilhada por pessoas que não se conhecem, mas que se consideram possuidoras de uma história comum, que deve ser comemorada, ou seja, lembrada e celebrada coletivamente. Neste sentido, a memória nacional atua como fator de coesão social e implica negociações sobre o que lembrar e o que esquecer. Empregando a noção de invenção de tradições, Gillis explica a necessidade de comemorações públicas pela necessidade ideológica de romper com o passado e cultuar o começo de uma nova era, com novas tradições, ritos e símbolos. Gillis observa, contudo, que tanto o



14 de Julho para os franceses como o 4 de Julho para os norte-americanos somente foram oficializados como datas nacionais após décadas de disputas sobre seus respectivos significados políticos (GILLIS, 1994, p. 5-9).

Ao sugerir uma fase pós-nacional para caracterizar as comemorações cívicas contemporâneas, Gillis superestima a capacidade da globalização em curso para corroer as bases identitárias do Estado nacional. As tendências a cultivar uma memória global ou cosmopolita e, ao mesmo tempo, uma memória local ou particularista, nos níveis supra e infranacional, respectivamente, constituem, de fato, desafios que o Estado nacional enfrenta no presente. Gillis considera que a nação - após estabelecer um culto de si mesma com a sacralização de sua história - não ofereceria mais uma moldura de memória para a maioria das pessoas: simultaneamente à desritualização da memória nacional, associada ao esmaecimento do culto aos heróis nacionais, estaria se processando um deslocamento da nação como referência para a construção da identidade. A pluralidade de opções de identificação individual, além da nacionalidade - por exemplo, pela ocupação, gênero, raça, opção sexual, entre outras -, constituiria expressão da concorrência de formas alternativas de representação identitária que a identidade nacional tem que enfrentar na pós-modernidade (GILLIS, 1994, p. 12-20).

Com efeito, para a reflexão que aqui se desenvolve, considera-se pertinente a discussão sobre até que ponto as comemorações de datas nacionais perderam seu poder de evocação de experiências comuns, sobre até que ponto essas comemorações perderam sua força como referenciais de identidade e como marcos da memória nacional. As bases da identidade nacional, de qualquer forma, não parecem ter sido destruídas pelas identidades individuais plurais que caracterizam a pós-modernidade. Quando aplicados aos países do Sul, em particular, os argumentos de Gillis tendem a subestimar a vigência do sentimento nacional. Considera-se neste estudo que o esforço para o desenvolvimento do País requer a revitalização da memória nacional e dos referenciais simbólicos da identidade nacional com vistas à inclusão social e à incorporação da multiplicidade de formas de identidade presentes nos diferentes grupos que integram a coletividade brasileira.

## 2.2 A NOÇÃO DE PATRIMÔNIO: CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS SOBRE PATRIMÔNIO E MUSEUS

Apresenta-se, a seguir, síntese sobre a formação histórica da ideia de “patrimônio nacional”, a partir da experiência da França, seguida de atualização sobre a evolução do conceito de patrimônio cultural no Brasil.

Durante o processo da Revolução Francesa, o conceito de *monumento histórico* foi formulado, pela primeira vez, para designar edificações antigas, notáveis tanto por sua antiguidade como por sua monumentalidade, independentemente do fim para o qual foram construídas. Essas construções antigas tornaram-se objeto de uma ação preservacionista do Estado. A adoção de medidas administrativas para a preservação de edificações antigas e monumentos históricos resultou da convergência de dois processos desencadeados pela Revolução: de um lado, a nacionalização dos bens da Igreja, seguida da nacionalização das propriedades da Coroa e dos emigrados; de outro, a destruição ideológica de igrejas e construções da Coroa ou da nobreza - em muitos casos, incentivada pelo novo regime. A transferência dos bens do clero para a nação implicou a necessidade de quantificar e classificar essa “herança”. Neste contexto, ganhou forma o conceito de *patrimônio nacional* (CHOAY, 2006, p. 119).

Para inventariar a herança e definir uma política de gestão desse novo patrimônio nacionalizado, foi criada uma comissão legislativa dita “dos Monumentos”, que se deparou com a necessidade de decidir sobre a destinação dos objetos. Os bens móveis seriam transferidos para depósitos, abertos ao público, que passariam a ser denominados “museus” e teriam por função servir à instrução da nação. Para as edificações, além da manutenção, a dificuldade consistia em dar-lhes novo uso. Embora efêmera, a experiência da preservação de monumentos históricos durante a Revolução Francesa, desenvolvida paralelamente ao vandalismo revolucionário, antecipou uma política pública preservacionista que seria implementada na França a partir da década de 1830. A abertura do Museu do Louvre, em 1793, e a criação do Museu dos Monumentos Franceses, em 1795, representariam a apropriação da ideia de *museu* pela ideologia revolucionária nacionalista com o objetivo de afirmação simbólica da nação (CHOAY, 2006, p. 100-102).

Mesmo reconhecendo que a instituição da ideia de patrimônio e sua evolução se relacionam com o processo de consolidação dos Estados nacionais e

de fortalecimento do sentimento nacional desencadeado a partir das revoluções Americana e Francesa, o antropólogo brasileiro José Reginaldo Santos Gonçalves chama a atenção para o caráter universal da ideia de patrimônio, presente em sociedades pré-modernas e tribais. De acordo com o referido autor, todas as sociedades humanas praticam algum tipo de atividade de colecionamento de objetos materiais, o que implicaria um processo de formação de patrimônios, que se confundem com propriedades. O colecionamento produziria uma demarcação de domínio subjetivo, diferenciando uma coletividade das demais. Segundo Gonçalves, nem todos os grupos humanos constituem patrimônios com o objetivo de acumular bens: menciona sociedades nas quais o processo de acumulação de bens teria o propósito de redistribuição ou mesmo de destruição (GONÇALVES, 2003, p. 21-29).

O referido autor assinala que em sociedades não modernas, a ideia de patrimônio poderia coincidir com categorias mágico-religiosas. Como categoria de pensamento moderna, a ideia de patrimônio pode assumir uma variedade de qualificações, que produzem delimitações, como, por exemplo: cultural, histórico, artístico, arquitetônico, etnográfico, ecológico, genético ou intangível (GONÇALVES, 2003, p. 22). No mesmo diapasão, Regina Abreu e Mário Chagas indicam que as múltiplas possibilidades de qualificações do patrimônio poderiam ser consideradas como derivadas do conceito antropológico de cultura, que, superando a ideia iluminista de cultura como sinônimo de civilização e erudição, valoriza a diversidade. (ABREU; CHAGAS, 2003, p. 12).

Formulada e institucionalizada no Brasil ao longo do último quarto de século, a categoria “patrimônio intangível” tem orientado práticas preservacionistas do Estado brasileiro. À diferença das políticas tradicionais de preservação de bens culturais móveis e imóveis, que estabelecem o tombamento, na categoria de patrimônio intangível a ênfase recai sobre os aspectos ideias e valorativos de práticas culturais coletivas. Assim, festas, lugares, cerimônias religiosas, objetos rituais, formas de medicina popular, música, dança, técnicas e culinária constituem exemplos de manifestações culturais que se incluíam na categoria de patrimônio intangível. Com vistas a inventariar e valorizar o patrimônio imaterial, adotou-se como instrumento de preservação o procedimento do “registro” dessas práticas e representações, de forma a facilitar seu acompanhamento e avaliar permanências e transformações (GONÇALVES, 2003, p. 21-29).

Museólogo que participou do processo de discussão e elaboração da Política Nacional de Museus (PNM), durante a gestão do Ministro Gilberto Gil no Ministério da Cultura (2003-2006), e da criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), pela Lei n.º 11.906, de 20 de janeiro de 2009, Mário de Souza Chagas associa a ideia de museu com a de patrimônio pela combinação, nos dois domínios, que se interpenetram, de um sentido de propriedade e de um desejo de preservação. Considera que o processo de musealização - assim como o de “patrimonialização” - implicaria um movimento duplo de atribuição de valor e de preservação da destruição ou do esquecimento.

Para que seja instituído, todo patrimônio pressupõe que se lhe atribua um valor; essa operação de atribuição de valor, no entanto, não é suficiente: é necessário, além disso, que se manifeste uma vontade de preservação com vistas a conservá-lo no presente e transmiti-lo para as gerações futuras. A instauração de um processo de preservação requer, portanto, que seja atribuído um valor ao bem cultural que se deseja preservar, valor que pode ser econômico, afetivo, artístico, histórico, mágico, simbólico, arquitetônico, arqueológico, científico, ambiental, diplomático, militar, nacional ou outro não previsto. Não havendo atribuição de valor, não há preservação, ainda que o perigo de destruição seja real. (CHAGAS, 2009, p. 34-46).

Chagas propõe o entendimento do campo dos museus, assim como o do patrimônio, como arena política onde agentes sociais disputam a possibilidade de atuar sobre o imaginário coletivo para afirmar uma modalidade de construção simbólica da memória e de referenciais de identidade local, regional ou nacional:

O campo museal, como se costuma dizer, está em movimento tanto quanto o domínio patrimonial. Esses dois terrenos - que ora se casam, ora se divorciam, ora se interpenetram, ora se desconectam - constituem corpos em movimento. E, como corpos, também são instrumentos de mediação, espaços de negociação de sentidos, portas (ou portais) que ligam e desligam mundos, indivíduos e tempos diferentes. O que está em jogo nos museus e também no domínio do patrimônio cultural é memória, esquecimento, resistência e poder, perigo e valor, múltiplos significados e funções, silêncio e fala, destruição e preservação. Por tudo isso, interessa compreendê-los em sua dinâmica social e interessa compreender o que se pode fazer com eles e a partir deles (CHAGAS, 2009, p. 51-53).

No Brasil, a tradição preservacionista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN) - criado em 1936 e oficializado em 1937 como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico (SPHAN) - privilegiou durante a chamada fase épica (1937-1967), da gestão de Rodrigo de Melo Franco (1898-1969), a preservação do patrimônio de “pedra e cal”, isto é, bens culturais de natureza arquitetônica (CONDURU, 2013, p. 91-104).

Sinalizando uma ampliação do conceito de patrimônio, a Constituição Federal, aprovada em 5 de outubro de 1988, definiu, no Art. 216, o patrimônio cultural brasileiro como o conjunto de “bens de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

O reconhecimento da importância da preservação do patrimônio imaterial ou intangível como referência de identidade materializou-se no Decreto n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. O objeto visado prioritariamente pelo referido Decreto seriam as manifestações de cultura tradicional ou popular, que podem ser inscritas em quatro livros de registro: dos saberes, das celebrações, das formas de expressão e dos lugares.

Este estudo pretende embasar uma reflexão sobre a validade de se considerar as práticas de instituição de patronos e de celebração de efemérides das Forças Armadas como operações de “patrimonialização”. A escolha de um personagem histórico como representante simbólico de uma atividade específica no interior das Forças Armadas e a repetida reverência à sua figura constituiriam demonstrações de que lhe foi atribuído um valor, o que, por sua vez, justificaria a ação de preservação de sua memória. Uma vez que a instituição de patronos implica tanto atribuição de valor como desejo de preservação do esquecimento, essa prática simbólica poderia ser considerada como criadora de um patrimônio intangível.

O conjunto de referenciais teóricos sumariados acima permite uma aproximação ao tema da construção simbólica da identidade nacional. O exame de seis momentos históricos de construção de símbolos da nação será objeto da próxima seção. Não se trata de uma história política no sentido tradicional, mas de uma história a respeito de disputas políticas sobre a representação da nação, que toma por objeto de estudo a organização de cerimônias públicas, a criação de

monumentos históricos, a produção historiográfica, literária e artística, a oficialização de símbolos e datas nacionais e a consagração de heróis da nacionalidade, processos entendidos como arenas de enfrentamento político.

### **3 BATALHAS DA MEMÓRIA NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DA NAÇÃO**

Nesta seção serão examinados processos históricos de criação e institucionalização de símbolos nacionais que envolveram disputas sobre seus respectivos significados políticos. Nessas disputas políticas, identifica-se um entrelaçamento que envolve a produção historiográfica, a construção da memória e sua apropriação social, do qual resultam simbologias, que integram o que pode ser definido como um patrimônio intangível. A elaboração de um calendário cívico, a idealização de um modelo de conduta moral, a inauguração de um monumento, a institucionalização de um patrono e a organização de cerimônias oficiais para rememorar episódios e personagens históricos constituem expressões desse patrimônio intangível ou simbólico. Festas públicas, celebrações, comemorações cívicas e monumentos em homenagem a datas, fatos e heróis têm como objetivo representar a nação e, dessa forma, construir sua identidade.

Três dos processos analisados referem-se à dimensão da representação simbólica do Estado e do poder nacional: (1) a organização das festas públicas da Aclamação e da Coroação de Pedro I, em outubro e dezembro de 1822, respectivamente, celebradas com a função de comunicar, formal e solenemente, o surgimento do novo Estado, apresentar e glorificar seu instaurador e soberano; (2) a apropriação da figura do índio como símbolo da nacionalidade pelo Indianismo, movimento cultural e político; (3) a oficialização pelo Governo republicano, em 1890, de Tiradentes como mártir da Independência e herói nacional.

Os três outros processos analisados se relacionam com a construção da memória e da simbologia da expressão militar do poder do Estado: (4) a elaboração da memória oficial sobre a Guerra do Paraguai (1864-1870) por meio da representação visual com vistas à exaltação patriótica e a instauração de cultos a heróis militares; (5) a construção do mito de Caxias como patrono do Exército, acompanhada do deslocamento do culto de Osório para o segundo plano das representações castrenses; e (6) a oficialização, em 1994, da Batalha de

Guararapes, disputada em 1648, como símbolo da origem do Exército brasileiro e da nacionalidade.

### 3.1 A ACLAMAÇÃO E A COROAÇÃO DE PEDRO I: DUALIDADE SIMBÓLICA NA ORIGEM DA NAÇÃO

A separação do Brasil de Portugal já estava consumada antes do Sete de Setembro de 1822. Num processo de construção simbólica da memória nacional, sobre o qual atuam tanto o relato jornalístico, a historiografia e a produção artística, como suas respectivas apropriações pela sociedade, o Grito do Ipiranga viria a simbolizar a ruptura do Príncipe Pedro (1798-1834) com o governo português, embora o monarca da nova entidade soberana tenha permanecido como herdeiro da dinastia dos Bragança. As mensagens recebidas às margens do Ipiranga com a reiteração dos propósitos de recolonização das Cortes provocaram o gesto do Regente, episódio convertido pela historiografia em mito de origem da nação e assim apropriado pela memória coletiva. Ao assumir em pessoa o rompimento com a antiga Metrópole, Pedro de Alcântara retirava das facções políticas mais radicais a bandeira da separação e da independência política do Brasil.

Antes de se consolidar no imaginário dos brasileiros como o momento de ruptura com a Metrópole colonizadora, o Sete de Setembro disputou com outras datas que registraram, ao longo de 1822, importantes eventos do processo de formação do Estado imperial como entidade política autônoma e soberana. Entre esses momentos, mencionem-se: a atribuição pelo Senado da Câmara do Rio de Janeiro ao Regente Pedro do título de “Defensor Perpétuo do Brasil”, em 13 de maio; a primeira reunião dos procuradores gerais de província sob o comando do Príncipe Pedro, em 3 de junho; a Aclamação do Imperador, em 12 de outubro; e a Sagração e Coroação de Pedro I, em 1.º de dezembro (SANDES, 2000, p. 25-34).

O novo Estado independente teria um governo liberal, sob a tutela de uma constituição elaborada pelos representantes do povo? Ou seria um novo reino submetido à velha discricionariedade do absolutismo? Entre modelos extremos de democracia e de despotismo, moveram-se os protagonistas do cenário político, cuja ambiguidade se refletiu na celebração das duas cerimônias de afirmação da nova entidade soberana: a Aclamação e a Coroação do monarca. Seus respectivos significados políticos poderiam parecer antagônicos.

De um lado, por instigação de setores liberais, defensores da representação popular, foi marcada para 12 de outubro a cerimônia de aclamação de Pedro como Imperador Constitucional do Brasil, celebração que enfatizaria a dimensão popular do novo regime, uma vez que monarca assumia sua investidura por “livre aclamação dos povos”. De outro lado, com vistas a estabelecer uma associação com a coroação, em 1640, de João IV (1604-1656), primeiro rei da dinastia dos Bragança, José Bonifácio (1763-1838), principal ministro do Regente, propôs a data de 1.º de dezembro para a coroação de Pedro, que foi realizada na Capela Real do Rio de Janeiro e representada em óleo de Jean-Baptiste Debret (1768-1848), pintor e cenógrafo da Corte, tela pertencente ao acervo do Palácio Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília.

A historiografia discutiu os efeitos da transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808 e sua relação com a Independência. A fuga de Lisboa da Corte portuguesa e a instalação da capital do Império no Rio de Janeiro teria representado uma aceleração do processo, então em curso, de crise do sistema colonial português na América e, portanto, teria acelerado a separação e o rompimento do Brasil com a Metrópole? Ou, ao contrário, teria representado um retrocesso, na medida em que condicionou a feição conservadora da emancipação política brasileira, com a preservação do regime monárquico e da hegemonia política dos senhores de escravos e grandes comerciantes sob a égide das elites do Centro-Sul?

Podem-se distinguir duas vertentes historiográficas sobre o processo de Independência. Uma linha de interpretação, conservadora, consagrada na obra clássica de Francisco Adolpho Varnhagen (1816-1878), *História Geral do Brasil antes de sua separação de Portugal* (publicada entre 1852 e 1857), considera a chegada do Príncipe Regente João (1767-1826) como a origem do processo, concluído no Sete de Setembro. Segundo essa visão, não teria havido ruptura, e sim, continuidade entre o Império português, o Reino Unido e o Império do Brasil. Nesse diapasão, a emancipação política é considerada uma concessão da dinastia bragantina. Outra vertente, de matiz liberal, enxerga no povo o agente da independência e da soberania; por essa razão, enfatiza o retorno a Portugal, em 1821, de João VI, considerado o principal obstáculo à emancipação, e celebra a Aclamação popular de Pedro I como fonte de legitimação do novo regime. Essas visões distintas influenciam, de forma diferenciada, a periodização do processo de



emancipação política: a versão conservadora prefere o recorte 1808-1822, enquanto a liberal propõe 1821-1825 (ano do reconhecimento diplomático por Portugal, após mediação britânica) ou ainda 1821-1831 (ano da Abdicação de Pedro I, que retornou a Portugal para disputar o trono com seu irmão, Miguel de Bragança e Bourbon [1802-1866]) (RODRIGUES, 1975, v. 5, p. 255-6).

Segundo Rodriguez Lopez, historiador formado na USP, as versões jornalísticas contemporâneas dos eventos, assim como as versões historiográficas posteriores, enfatizaram diferentes aspectos e atribuíram diferentes significados aos eventos, de acordo com a posição política de quem descreveu ou analisou as comemorações (LOPEZ, 2004, p. 235-337).

A Aclamação de Pedro I como Imperador Constitucional, em 12 de outubro, assinalava a fundação do Império do Brasil e legitimava a separação de Portugal. A data coincidia com o natalício do Regente e com a chegada de Cristóvão Colombo (1451-1506) à América. A adesão do povo e seu entusiasmo durante as festividades - que incluíram discursos no palacete do Campo de Santana, cortejo cívico do Imperador pelas ruas da capital até a Capela Real, te-déum, declamações, dramatização e canto de novo hino patriótico no teatro de São João, seguidas, no dia seguinte, de cerimônia religiosa e beija-mão no Paço Imperial -, indicariam a legitimidade do novo poder, apoiado em princípios liberais, como o respeito à vontade popular e o compromisso de adoção de uma constituição. (LOPEZ, 2004, p. 247-260; RODRIGUES, 1975, v. 1, p. 256-259).

Entre as interpretações dos historiadores, José da Silva Lisboa (1756-1835), o Visconde de Cairu, enfatizou o consenso da sociedade em torno da separação de Portugal e o papel heroico de Pedro I. Varnhagen indicou a rivalidade política entre o grupo de José Bonifácio e o de Gonçalves Ledo (1781-1847) à época da Aclamação, reconhecendo, assim, conflitos em torno do significado do pacto político que se realizava. Além de identificar influência do cerimonial napoleônico sobre a organização das festas, expressa pela montagem de arcos do triunfo alegóricos ao longo do percurso do cortejo, Oliveira Lima (1867-1928) assinalou a gradual perda de influência do grupo liberal, que não conseguiu que o Imperador prestasse juramento prévio de adesão à futura Constituição durante a Aclamação popular. Tobias Monteiro (1866-1952) separou a análise do cerimonial das festas de Aclamação e Coroação, que expressariam, em conjunto, um

consenso da sociedade em torno da separação de Portugal, do pano de fundo de disputas em torno de projetos políticos excludentes (LOPEZ, 2004, p. 236-247).

A festa de Aclamação de Pedro I seguiu um cerimonial semelhante ao da Aclamação de seu pai, João VI, em 1818, ambas transcorridas no Campo de Santana, espaço público. A diferença mais significativa consistia no anúncio do surgimento de um novo corpo político soberano, sentido explícito da Aclamação de Pedro. A aclamação do rei constituía antiga tradição portuguesa e cumpria a função de reforçar a coesão dos súditos em torno do monarca e da dinastia reinante. No 12 de outubro, porém, o novo monarca libertava a nação da ameaça de recolonização representada pelas Cortes, identificadas como o inimigo externo, em oposição ao qual se forjava a unidade nacional. Esta versão dos sucessos, por sua vez, eludia as divergências políticas internas. Por representar a força política que pôs fim à opressão colonial, Pedro I assumiu o caráter de “libertador”, e, nesse sentido, foi associado à Simon Bolívar, o principal chefe dos movimentos de independência na América espanhola (LOPEZ, 2004, p. 260-274).

Após a perseguição e aniquilamento político de integrantes da facção política liberal, a Coroação - não por acaso marcada para 1.º de dezembro, numa operação para rememorar o nascimento da dinastia bragantina -, exprimiria um sentido complementar em relação à Aclamação. Na medida em que, sem renegar a constitucionalidade, reafirmava as prerrogativas da Realeza, entre elas, a formação de uma nova Corte, a adoção de novos referenciais de identidade e, principalmente, a encarnação do poder político, a Sagração e a Coroação complementavam a Aclamação. Modelos de organização política concorrentes opunham a soberania popular como fundamento do poder imperial - consubstanciada na aprovação de uma constituição a ser elaborada por representantes do povo - à legitimidade dinástica do soberano, derivada do direito divino. A fórmula da monarquia constitucional consagrou-se simbolicamente na complementaridade entre as cerimônias da Aclamação e da Coroação de Pedro I, que significaram a solução conciliadora para os anseios de representação popular - nova modalidade de justificativa do exercício do poder - e de conservação das prerrogativas monárquicas, próprias da cultura política do Antigo Regime. As duas festas públicas foram preparadas e encenadas obedecendo a projetos políticos internos, mas também visavam ao reconhecimento pela Europa restaurada do Império constitucional do Brasil e de seu soberano (RIBEIRO, 1995, p. 73 e 81).

### 3.2 ASCENSÃO E QUEDA DA REPRESENTAÇÃO ROMÂNTICA DO ÍNDIO COMO SÍMBOLO NACIONAL

Numa operação de apropriação simbólica que caracterizou as manifestações do Indianismo na literatura, nas artes plásticas e na música, a imagem idealizada do índio foi utilizada, ao longo do Segundo Reinado (1840-1889), como representação da nacionalidade. Modalidade do Romantismo entre nós, o Indianismo, como expressão cultural que pretendia afirmar a autonomia da literatura brasileira, serviu-se da idealização moral do índio como suporte de significados nacionais. Lançado em 1856, o poema épico *A Confederação dos Tamoios*, do escritor Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882), constitui marco da literatura romântica brasileira. Ao romantizar o índio e estabelecer uma antinomia entre o Império, uma “monarquia de justos”, e a colonização portuguesa, promotora da desigualdade, a obra - que, para sua publicação e divulgação, contou com o apoio financeiro e intelectual do Imperador e a ele foi dedicada - oferece um mito de origem para o Brasil.

O vínculo do Imperador Pedro II (1825-1891) com um círculo de expoentes românticos como, entre outros, Magalhães e Antônio Gonçalves Dias (1823-1864), autor de *Os Timbiras* (1857), conferiu à produção indianista um caráter oficial. Na polêmica com José de Alencar (1829-1877) em torno da caracterização do indígena nos *Tamoios*, o Imperador, sob pseudônimo, escreveu na imprensa em defesa de Magalhães e da afirmação de uma identidade original da nação. Nesse sentido, o Romantismo no Brasil inseriu-se no projeto civilizatório oficial como expressão, no campo cultural, do nacionalismo intelectual cultivado por uma elite ligada ao Palácio (SCHWARCZ, 1998, p. 132-140). Nesse projeto, foi atribuído ao índio o valor de “matriz de uma brasilidade originária”, a quem caberia desempenhar o papel de símbolo genuíno da nacionalidade (VAINFAS, 2002, p. 367-369).

A produção literária indianista - que inclui a tríade de José de Alencar, *O Guarani* (1857), *Iracema* (1865) e *Ubirajara* (1874) - perseguia a emancipação cultural da nacionalidade, ao mesmo tempo em que se disponibilizava como instrumento ideológico para a legitimação social do Império. Cumpriu uma função complementar em relação à produção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, no processo de construção da memória da nação: no caso da literatura, memória simbólica; no caso do IHGB, memória histórica e etnográfica.

O concurso promovido na década de 1840 em torno do tema “como se deve escrever a História do Brasil?” constitui indicação da centralidade atribuída pelo Instituto ao estudo dos fundamentos históricos da nação. Na monografia vencedora, o naturalista alemão Carl Friedrich Philipp Von Martius (1794-1868) apresentou como chave interpretativa da formação histórica brasileira a fusão das três raças formadoras da nacionalidade: o português, o indígena e o africano. Vainfas sugere que o concurso do IHGB pode ser considerado como uma germinação pioneira do movimento indianista, que floresceria na literatura e nas Artes (SCHWARCZ, 1998, p. 132-140; VAINFAS, 2002, p. 367-369).

O Indianismo da segunda metade dos Oitocentos teve como precursoras obras produzidas na América portuguesa durante a segunda metade do século XVIII, como *O Urugay* (1769), de Basílio da Gama (1740-1795), e *Caramuru* (1781), de José de Santa Rita Durão (1722-1784). Em comum, a heroização do índio americano, modelo do “bom selvagem” de índole nobre. Ao descrever as lutas da Guerra Guaranítica (1754-1756), quando portugueses e espanhóis enfrentaram a resistência dos indígenas das missões jesuíticas da margem oriental do rio Uruguai, Basílio da Gama sublinhava a especificidade da América no conjunto do Império português e enaltecia o despotismo esclarecido do reinado de José I (1714-1777), que tinha no Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), seu principal Ministro. Durante o período pombalino (1750-1777), foi adotado, em 1757, o *Diretório dos Índios*, legislação indigenista, que reconhecia aos habitantes originários da América portuguesa o direito de serem incorporados ao Império como súditos reais (VAINFAS, 2002, p. 367-369).

Durante o período colonial, o sentimento de pertencimento a terra poderia ser representado quer pela figura do índio, quer pela personificação da América. A representação do índio se ligaria à ideia de submissão ou lealdade à Coroa. Para os literatos envolvidos na Inconfidência Mineira (1789), ao contrário, o índio representaria a legitimidade da contestação à situação colonial e, além disso, a disposição para romper os grilhões da opressão da metrópole. Ao longo do período joanino (1808-1821), num momento de reordenação dos vínculos entre as diversas partes que compunham o Império luso e de recuperação da ideia de império nas quatro partes do mundo (Europa, América, África e Ásia), as imagens simbólicas complementares do índio e da América foram articuladas na busca de uma identidade unificada para o Brasil.

Nessa busca da especificidade brasileira, a ideia de grandeza do território competia com representações de identidades regionais ou provinciais, que afloravam em momentos de crise, como na Revolução Pernambucana de 1817. As imagens personificadas do Índio-Brasil e da América foram utilizadas na festa da Aclamação de Pedro I, em 1822, como indicação da separação de Portugal e do surgimento de uma nova entidade política soberana. As mesmas imagens, contudo, haviam sido utilizadas nas festas públicas pela elevação do Brasil à categoria de Reino, em 1816, e na Aclamação de João VI, em 1818, o que permitiria o estabelecimento de continuidades simbólicas entre essas cerimônias. Percebem-se, nos exemplos citados, as disputas entre apropriações simbólicas concorrentes, nas quais o mesmo referencial de identidade - o índio - sofre um processo de ressignificação de acordo com as interpretações sociais e políticas que lhe dão sentido (LOPEZ, 2004, p. 303-312).

No campo das artes plásticas, o projeto civilizatório da Corte bragantina contou com a criação, em 1826, da Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) para a imposição de uma ortodoxia sobre o ensino das Artes e a adoção de um novo padrão estético, com o predomínio de referenciais do neoclassicismo francês. Ao financiar bolsas de estudo no exterior, promover as Exposições Gerais, distribuir prêmios e condecorações, Pedro II foi o grande mecenas da AIBA, por meio da qual se desincumbia de uma missão civilizadora, ao mesmo tempo em que difundia uma imagem oficial do Império (SANTOS, 2007, p. 39-58). Além do Imperador, retratado em extensa iconografia oficial, também o indígena foi objeto de idealização romântica, como representante de um passado de pureza, nobreza e honra: *A Primeira Missa* (1861) e *Moema* (1866), de Victor Meireles, *Iracema* (1881), de José Maria de Medeiros (1849-1925), e *O Último Tamoio* (1883), de Rodolfo Amoedo (1857-1941), constituem exemplos significativos do ciclo indianista na pintura (PONTUAL, 1969, p. 352, 353-355 e 24-26).

A idealização romântica do índio vinha acompanhada da demonização dos botocudos, os índios bravos, os antigos tapuias dos tempos coloniais, selvagens e bárbaros, ainda resistentes à colonização e, por isso, vítimas de campanhas de extermínio. O indígena valorizado e cultuado pelo Indianismo era o tupi dos primeiros contatos com o europeu, que já não mais existia no Império. Não havia preocupação com o reconhecimento de direitos a serem exercidos pelos remanescentes das populações originárias do território brasileiro. O índio elevado à

condição de símbolo de uma nação desconexa era o índio aculturado, domesticado e sem tradição cultural indígena, uma vez que sua etnia fora extinta. Para o olhar europeizado da elite imperial, representava apenas o exotismo da natureza e a capacidade “civilizadora” do colonizador branco (SCHWARCZ, 1998, p. 132-140; VAINFAS, 2002, p. 367-369).

O apelo exótico da toponímia de origem tupi-guarani atendia ao gosto romântico da elite, que disputava os títulos nobiliárquicos conferidos pelo Imperador, os quais, muitas vezes, incorporavam palavras indígenas. O gosto romântico pelo exótico e pela estetização da natureza também se fez presente na simbologia do poder imperial: representando a exuberância da natureza tropical, a murça de penas de papo de tucano foi incorporada como parte da indumentária cerimonial do Imperador. A partir desses exemplos, se poderia afirmar que, durante o Segundo Reinado, houve apropriação social da figura do índio como representação simbólica da nação, pelo menos entre as elites e as camadas médias urbanas, em especial na Corte (SCHWARCZ, 1998, p. 142). A imagem chegou a ser banalizada, tal a “insistência barata” com que foi reproduzida, seja nas belas artes, seja na imprensa satírica, seja nas ilustrações de maços de cigarros (BARDI, 1986, p. 178). Como referencial identitário da nação brasileira, no entanto, essas representações românticas do índio não conseguiram enraizar-se como fontes geradoras de identidade coletiva. Caberia uma análise mais aprofundada para avaliar o nível da apropriação pela sociedade desses empreendimentos simbólicos em torno do índio, que, de qualquer modo, não foi suficiente para sua permanência histórica.

### 3.3 A MEMÓRIA DA GUERRA DO PARAGUAI E A ORIGEM DO CULTO AOS HERÓIS MILITARES

A vitória militar na Guerra do Paraguai (1864-1870) representou o apogeu da hegemonia do Brasil no subsistema internacional platino. Os custos humanos, o desgaste político e o desequilíbrio financeiro provocados pelo conflito, no entanto, permitem afirmar que seu fim correspondeu também ao início do declínio do Império. A Guerra expôs a contradição entre os princípios liberais sobre os quais se assentava o projeto civilizatório dos Bragança e a manutenção do sistema escravista; ensejou também crescente dissociação entre o Exército e o regime monárquico. Se no campo político, significou, ao mesmo tempo, apogeu e declínio, na interseção do campo da cultura com o campo da memória política, a Guerra do

Paraguai possibilitou a consolidação de um modelo oficial de promoção das artes por meio de encomendas públicas e propaganda oficiosa, que atendia às necessidades de legitimação social do Império (DORATIOTO, 2002, p. 483-484; SCHWARCZ, 2013, p. 14).

As relações internacionais na bacia do Prata na década de 1860 estavam marcadas pela pretensão do Paraguai, sob a presidência de Francisco Solano López (1827-1870), de estabelecer novo equilíbrio de poder. As contradições entre os interesses econômicos e geopolíticos dos atores regionais conduziram ao mais sangrento conflito travado na América do Sul. Em novembro de 1864, a apreensão de navio mercante brasileiro pelas autoridades paraguaias, seguida, em dezembro, da invasão, sem declaração de guerra, do Mato Grosso e, em abril de 1865, do avanço paraguaio sobre a província argentina de Corrientes, assim como a imposição de um governo aliado ao brasileiro no Uruguai, criaram as condições para a negociação da aliança militar entre Brasil, Argentina e Uruguai, formalizada por meio da assinatura, em 1º de maio de 1865, do Tratado da Tríplice Aliança, que declarava a necessidade de “fazer desaparecer” o governo de López (RIO BRANCO, 1992, p. 117-8; DORATIOTO, 2002, p. 474).

A agressividade da política guarani em relação ao Império fora uma reação à intervenção brasileira na guerra civil uruguaia. Com efeito, as disputas internas entre facções político-militares no Uruguai absorveram e amplificaram, como ocorrera na década de 1850, os diferentes interesses políticos nacionais e regionais no subsistema de poder do Prata. O governo imperial, desgastado perante a opinião pública em razão da humilhação imposta pela Inglaterra na questão Christie (1862/3), recebia pressões de pecuaristas gaúchos, que se queixavam de alegados abusos cometidos contra brasileiros no Uruguai e das limitações impostas pelo governo uruguaio ao livre trânsito de gado em pé na fronteira.

Nos termos do Tratado da Tríplice Aliança – negociado pelo plenipotenciário brasileiro Francisco Otaviano de Almeida Rosa (1825-1899), sem instruções específicas do Rio de Janeiro -, as condições da paz definitiva incluíam a destituição de Solano López e a indenização aos aliados, pelo governo paraguaio, das despesas de guerra e dos danos ao patrimônio público e privado. A independência do Paraguai ficava garantida e os limites seriam definidos em conformidade com as reivindicações territoriais do Império e da Argentina. Os aliados se comprometiam, ainda, a não fazer a paz em separado. Em protocolo à

parte, estabeleceu-se a demolição das fortificações guaranis ao longo do rio Paraguai e a proibição do levantamento de novas (DORATIOTO, 2002, p. 156-70).

Enquanto forças paraguaias avançavam sobre o Rio Grande do Sul, a vitória na Batalha do Riachuelo, em 11 de junho de 1865, com o aniquilamento quase total da esquadra guarani, assegurou o domínio brasileiro sobre as únicas vias fluviais de acesso ao território paraguaio. Disputada nas proximidades da cidade argentina de Corrientes, Riachuelo foi a primeira grande vitória dos Aliados na guerra: seu valor estratégico permitiu a imposição do bloqueio naval ao Paraguai. A importância histórica da efeméride pode ser avaliada pela oficialização do 11 de junho como Data Magna da Marinha do Brasil.

Fracassada a ofensiva paraguaia com a rendição de Uruguaiana, em 19 de setembro de 1865, seguiu-se uma guerra de posições, caracterizada pelo lento avanço aliado sobre território paraguaio. A tomada da fortaleza de Humaitá, em agosto de 1868, abriu caminho para a sequência de vitórias aliadas, sob o comando de Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880), o Duque de Caxias, na ofensiva que ficou conhecida como “Dezembrada” (batalhas de Itororó, Avaí e Lomas Valentinas) e para a ocupação de Assunção, em janeiro seguinte. Sob a proteção do Império, um novo governo paraguaio foi então empossado. A Guerra, no entanto, somente chegaria a termo com a morte de Solano López, em combate, em 1.º de março de 1870. Tropas do Império permaneceram estacionadas no Paraguai até 1876, quando foi celebrado tratado de paz definitivo.

Ao responsabilizar Solano López pela guerra, a historiografia tradicional personalizou o processo histórico. Nos anos 1960, a resistência ao autoritarismo dos regimes políticos dos Estados latino-americanos, dominados, em grande medida, por militares, favoreceu a difusão de uma historiografia revisionista, que considerava a guerra uma manipulação do imperialismo britânico. A partir dos anos 1990, a guerra passou a ser interpretada como uma etapa do processo de formação e consolidação dos Estados nacionais na bacia do Prata (DORATIOTO, 2002, p. 93).

A Guerra do Paraguai repercutiu, conforme indicado, além do campo político: no Brasil, os recursos empregados para a propaganda oficial estimularam a pintura de batalhas, subgênero da pintura de História, modalidade de maior prestígio entre os gêneros de pintura cultivados na Academia Imperial de Belas Artes (AIBA). Foi a partir da Guerra que o Estado passou a atuar como incentivador de uma produção artística dedicada à exaltação dos grandes feitos da nação por meio da



pintura histórica. Ao encomendar e adquirir de pintores consagrados representações de episódios da Guerra, o Estado dinástico imperial empregava uma estratégia de afirmação de poder e glorificação de heróis nacionais. O caráter oficial das encomendas e a representação de episódios contemporâneos, ainda frescos na memória coletiva, deram prestígio à pintura de batalhas e conferiam caráter épico aos eventos e seus protagonistas, muitos ainda vivos.

A produção de representações visuais de acontecimentos heroicos da História nacional, pela grandiosidade do veículo, expressava o desejo de afirmação do Estado e a valorização do sentimento de dedicação à pátria como moralmente superior. Algumas das obras encomendadas e produzidas nesse contexto se tornaram representações visuais clássicas da História nacional; são testemunhas do interesse do Estado imperial em registrar, numa narrativa pictórica, as vitórias militares, que serviriam de motivo de exaltação cívica e militar, e, dessa maneira, reiteravam a grandeza da pátria, de suas instituições e dos “homens ilustres” que a dirigiam (COLI, 2005, p. 85-86).

Na XXII Exposição Geral da Academia Imperial de Belas Artes, realizada em 1872, foram exibidas três dessas obras icônicas: *Combate Naval de Riachuelo* e *Passagem de Humaitá*, de Victor Meireles de Lima (1832-1903) e *Batalha de Campo Grande*, de Pedro Américo de Figueiredo (1843-1905). Inaugurada a 15 de junho, segundo Mello Jr. (1982, p. 83), a Exposição registrou público recorde de quase 64 mil visitantes; a exibição de imensas telas dedicadas à idealização de grandes feitos militares então recentes contribuiu para conferir ao evento uma atmosfera de celebração da vitória. Os três quadros referidos fixaram para a posteridade decisivas vitórias do Exército e da Marinha; ao reverenciarem a Coroa e a família imperial, identificadas com a nação, oferecem imagens concebidas para a exaltação nacionalista (SCHWARCZ, 2013, p. 31; ENDERS, 2000, p. 58).

Num momento em que a Guerra se prolongava sem definição e se tornava cada vez mais impopular, o Ministro da Marinha, Afonso Celso de Assis Figueiredo (1836-1912), futuro Visconde de Ouro Preto, encomendou a Victor Meireles a realização de obras que representassem dois momentos cruciais da confrontação militar: a batalha fluvial nas proximidades do Riachuelo, disputada em 11 de junho de 1865, e a Passagem de Humaitá, em 19 de fevereiro de 1868, quando a frota brasileira logrou romper as correntes de ferro que atravessavam o rio Paraguai na altura das famosas fortificações paraguaias e impediam a navegação a

montante. Conforme já indicado, a vitória em Riachuelo resultou na imposição do bloqueio naval ao Paraguai, que, até o final da guerra, não pode receber armamentos do exterior. A superação de Humaitá, por sua vez, abriu caminho para a conquista do principal baluarte defensivo paraguaio.

Em 9 de maio de 1868 foi firmado contrato entre Victor Meireles e a Marinha. A encomenda das duas obras foi negociada em 16 mil réis, após um orçamento inicial de 20 mil. Na ocasião, o catarinense, que exercia a titularidade da cadeira de Pintura Histórica na AIBA, já era um pintor consagrado: ganhara, em 1852, o prêmio de viagem à Europa, onde permanecera por oito anos, primeiro em Roma, depois em Paris, e produzira a tela *A Primeira Missa*, exibida no Salão francês de 1861 e na Exposição Geral da Academia em 1862. (SCHWARCZ, 2013, p.31; MELLO JR., 1982, p. 60-63 e 69).

Com vistas a conhecer as condições topográficas e meteorológicas, a flora e demais características do local da ação bélica, o artista solicitou autorização para ir ao teatro de operações. O comandante-em-chefe da Esquadra brasileira, Almirante José Joaquim Inácio (1808-1869), futuro Visconde de Inhaúma, consentiu que Meireles se instalasse a bordo do navio-chefe da divisão, o *Brasil*, onde ficou embarcado por dois meses. Foi durante sua permanência no teatro de guerra, que se deu a entrada dos aliados na fortaleza de Humaitá, em 25 de julho de 1868, operação que presenciou. Por interferência do Imperador, o Convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro, cedeu, mediante aluguel, espaço que serviu de atelier para os trabalhos do pintor em 1871 e 1872 (MELLO JR., 1982, p. 69-70; DORATIOTO, 2002, p. 568).

No *Combate Naval de Riachuelo*, Victor Meireles privilegia a figura do Comandante Francisco Manuel Barroso da Silva (1804-1882), futuro almirante, à frente da fragata *Amazonas*, no momento em que, após afundar três belonaves paraguaias utilizando a tática do abalroamento, bradava de pé sobre o passadiço, anunciando a vitória sobre a frota paraguaia: “Viva o Imperador e a Nação brasileira”.

Na mesma batalha fluvial, distinguiu-se pela bravura o marinheiro pardo Marcílio Dias (1838-1865), natural de Santa Catarina, morto em combate a bordo da fragata *Parnaíba*; objeto de reiteradas homenagens pela Marinha por sua dedicação e coragem, Marcílio Dias é patrono informal dos marinheiros brasileiros (BUENO, 2008, p. 70-73).

Na *Passagem de Humaitá*, Meireles representa a cena noturna, com as labaredas das fogueiras nas margens e o fogo das baterias, no momento em que do encouraçado brasileiro *Barroso* um foguete anunciava à frota brasileira, sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra Delfim Carlos de Carvalho (1825-1896), que o passo de Humaitá fora vencido (MELLO JR., 1982, p. 71 e 86-87).

As duas telas históricas de Meireles - que pertencem ao acervo do Museu Histórico Nacional (MHN), no Rio de Janeiro - foram escolhidas, juntamente com *A Primeira Missa*, para serem exibidas, entre outras, no pavilhão brasileiro da Exposição Universal de Filadélfia, comemorativa do centenário da independência dos Estados Unidos da América, em 1876. Por ocasião de seu retorno ao Brasil, em razão da falta de cuidados no transporte e no armazenamento das telas, o *Combate Naval de Riachuelo* foi consumido pela umidade e inteiramente perdido. O pintor decidiu, por conta própria, refazer o quadro, em Paris, entre 1882 e 1883. A segunda versão foi exibida na Exposição Geral de 1884 e adquirida pelo Governo, em 1886, por 18 contos de réis (MELLO JR., 1982, p. 72-80).

Ao empreender a realização da tela *A Batalha de Campo Grande* por iniciativa própria, Pedro Américo pretendia ser reconhecido como pintor de História entre seus pares da Academia de Belas Artes e, dessa forma, habilitar-se a disputar futuras encomendas oficiais. A iniciativa, que começou em meados de 1869 e foi concluída, na Europa, em 1871, representou uma estratégia de autopromoção arriscada, uma vez que não há indícios de que a Coroa ou o governo imperial tivessem manifestado interesse prévio em adquirir a obra. Era, no entanto, um risco calculado. Com vistas a munir-se de referências diretas do episódio, ainda antes de encerrada a Guerra, Pedro Américo solicitou a personalidades que dele participaram informações minuciosas sobre as condições do terreno, os uniformes de brasileiros e paraguaios, detalhes da farda do Conde etc. Uma vez concluído o quadro, o pintor promoveu, ao longo de 1871, campanha publicitária na imprensa para divulgar sua obra e induzir o Governo a comprá-la. Em janeiro de 1872, seus esforços foram recompensados quando o ministro da Guerra, Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque (-1884), segundo Barão de Jaguaribe, autorizou a aquisição da obra por 13 contos de réis (SCHWARCZ, 2013, p. 25-28).

Pedro Américo retratou o comandante das tropas brasileiras, Conde d'Eu (1842-1922), em ação, no instante em que seu corcel branco era contido pelo Capitão Francisco de Almeida Castro, o qual é repreendido por isso pelo Coronel

Rufino Enéas Galvão (1831-1909). Naquele momento, o capitão pretendia proteger o Conde, que avançava em investida arriscada, quando os paraguaios contra-atacavam. A escolha do protagonista - esposo da herdeira do trono e, nessa condição, símbolo da continuidade da dinastia - explicitaria o público a quem o pintor oferecia seus serviços. A tela pertence ao acervo do Museu Imperial, em Petrópolis (MELLO JR., 1983, p. 34-35).

A batalha de Campo Grande - de Acosta-Ñu ou “de los niños”, para os paraguaios - foi travada em 16 de agosto de 1869, a última das grandes batalhas da Guerra; nela, 20.000 brasileiros massacraram 4.000 paraguaios, a maioria dos quais jovens, adolescentes e crianças. A memória paraguaia de Acosta-Ñu é cultuada até os dias atuais: 16 de agosto corresponde no Paraguai ao dia das crianças (SCHWARCZ, 2013, p. 25).

Pedro Américo não somente logrou vender ao Governo sua *Batalha de Campo Grande*, como obteve do Ministro do Império, João Alfredo Correa de Oliveira (1835-1919), em agosto de 1872, encomenda oficial para a realização de novo quadro exaltando tema da História do Brasil. Embora o entendimento oral entre o Ministro e o pintor tivesse estabelecido que o tema a ser retratado seria a Batalha de Guararapes, Pedro Américo posteriormente afirmou seu desejo de representar a Batalha do Avaí, travada em 11 de dezembro de 1868, momento decisivo para o desfecho da Guerra (SCHWARCZ, 2013, p. 22 e 31).

Em 1879, quando a memória da Guerra não era remota e as discussões sobre seus efeitos ainda suscitavam acalorados debates, foram exibidas, na Exposição Geral da Academia Imperial, as telas *A Batalha de Avaí*, de Pedro Américo, e *Batalha de Guararapes*, de Meireles, ambas pertencentes ao acervo do Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), no Rio de Janeiro. A comparação entre as duas obras deu ensejo à calorosa polêmica em torno das qualidades estéticas de cada uma e das qualificações artísticas de seus respectivos autores.

A tela de Pedro Américo - de cerca de 50 metros quadrados - foi realizada em Florença, entre 1874 e 1877, onde foi exibida pela primeira vez, na presença de Pedro II. A execução da obra havia sido encomendada em caráter oficial, em 1872, mas não havia sido acertada a quantia que o Governo imperial pagaria pelo quadro, cujo valor deveria ser avaliado por especialistas. Estimado em cerca de 115 contos de réis por colegiado que incluía a Academia de Belas Artes de Florença, o Ministério do Interior da Itália, a Chancelaria italiana e a Legação do Brasil em

Roma, pela obra o artista recebeu, inconformado, 53 contos de réis do Governo imperial (SCHWARCZ, 2013, p. 37-39).

N'A *Batalha de Avaí*, o comandante-em-chefe das tropas brasileiras, o Duque de Caxias - com quem o pintor trocou correspondência para coletar informações sobre detalhes do combate, considerados necessários para conferir veracidade à composição - aparece retratado, à esquerda da tela, em terceiro plano, sobre cavalo branco, no alto de elevação do terreno, cercado de oficiais, observando a refrega ao longe. Nas palavras do poeta e crítico de Arte e literatura Manuel Bandeira (1886-1968) Caxias aparece "tão espectador, tão contemplativamente turístico" (apud COLI, 2005, p. 90). Em frente ao grupo de Caxias, um conjunto de soldados paraguaios se prostra, pedindo clemência. Osório (1808-1879) aparece em segundo plano, próximo ao centro da tela, no meio do campo de batalha, no momento em que, de cima de sua montaria, dava ordens para avançar, mesmo tendo sido ferido por um tiro no maxilar, ferimento representado por filete de sangue escorrendo dos lábios do General. Na interpretação do historiador e crítico de Arte Jorge Coli, o quadro de Pedro Américo, ao mesmo tempo em que encarna a guerra, neutraliza as figuras dos heróis, esvaziados de heroísmo no fluxo desmedido de excessos furiosos: "não há mais o episódio: há o pesadelo de um cataclismo universal" (COLI, 2005, p. 85-99).

Outros artistas brasileiros contemporâneos do conflito escolheram façanhas militares da Guerra do Paraguai como objeto de suas telas, entre eles Antonio de Araújo de Souza Lobo (1840-1909) e Domingo Teodoro de Ramos, escravo liberto que lutou no Paraguai (SCHWARCZ, 2013, p. 14).

Durante o transcurso da Guerra, Pedro II nomeou o italiano Eduardo de Martino (1838-1912) como pintor oficial da frota brasileira e nessa condição o ex-oficial da Marinha italiana foi ao teatro de operações. Dessa experiência resultaram importantes registros históricos da Guerra, entre eles as telas: *Bombardeio de Curuzu*, *Combate dos Encouraçados Barroso e Rio Grande*, *Aprisionamento da Corveta Bertioga* e *Combate Fluvial de Riachuelo*, pertencentes aos acervos do MHN e do MNBA. Martino pintou ainda *Passagem de Humaitá*, de 1871, uma versão pertencente ao acervo da Coleção Fadel, outra exposta no Museu Naval (PONTUAL, 1969, p. 169; BUENO, 2008, p. 74-79).

A demanda estatal por quadros descritivos de episódios militares demonstrava que os detentores do poder político estavam interessados tanto na

representação do poder do Estado e como no fortalecimento da coesão social. Ao mesmo tempo, as encomendas oficiais faziam parte de um empreendimento simbólico que tinha como objetivos identificar o Estado imperial com a nação por meio da exaltação da Monarquia, da família imperial e de chefes militares convertidos em heróis nacionais. Para o Império, a eternização de episódios guerreiros em telas de dimensões grandiosas atendia ao duplo objetivo de exaltar a grandeza da pátria, em nome de quem se derramava o próprio sangue e o dos inimigos, e identificar atos de bravura protagonizados por heróis militares, cuja atitude patriótica serviria de exemplo para os brasileiros. Com financiamento do Estado imperial e da dinastia, a Guerra da Tríplice Aliança consolidou a prática da utilização da pintura de História como instrumento a serviço da exaltação patriótica.

### 3.4 TIRADENTES COMO HERÓI NACIONAL E A SIMBOLOGIA OFICIAL DA REPÚBLICA

O fim da escravidão, em 13 de maio de 1888, e a queda da Monarquia, em 15 de novembro de 1889, representaram mudanças institucionais que conferiram uma nova fisionomia política e social ao Brasil, embora a exportação de poucos produtos primários continuasse a condicionar a estrutura econômica. Com a Proclamação da República, os novos detentores do poder político necessitaram substituir os referenciais de identidade nacional que vigoravam durante o período monárquico para justificar a usurpação do poder, estabilizar a ordem social e consolidar o regime. Investiram, assim, na construção de um conjunto de representações, imagens e símbolos nacionais para legitimar a nova ordem. Nesse contexto, ocorreram disputas políticas em torno das representações simbólicas do novo regime republicano.

O historiador José Murilo de Carvalho identifica três representações políticas, que disputavam entre si a hegemonia sobre a definição do significado da República: (I) a versão liberal, sustentada, em particular, pelos proprietários rurais, que enxergavam no modelo norte-americano a forma ideal da República, com ênfase no respeito aos interesses privados, no sistema federativo e na limitada participação popular na política; (II) a versão jacobina, difundida entre um segmento do setor letrado da população urbana, que transpunha para a realidade brasileira os ideais revolucionários franceses e a crítica ao *Ancien Régime*; e (III) a versão positivista, com significativa aceitação entre militares, que defendia a separação

entre Igreja e Estado, a incorporação social e política do proletariado e um Executivo forte e intervencionista (CARVALHO, 1990, p. 17-33).

A disputa em torno do modelo de república que deveria ser seguido, de um lado, e a necessidade de legitimação social da ordem republicana, de outro, conduziram as forças políticas a um enfrentamento ideológico, no qual, além de argumentações doutrinárias, foram empregados símbolos e alegorias para a conquista do imaginário social e, assim, forjar um sentimento de identidade coletiva que unificasse a nação em torno da nova forma de governo. Carvalho analisa as diferentes arenas de disputa ideológica pela conquista do imaginário social com vistas à imposição de uma determinada representação simbólica do regime (CARVALHO, 1990, p. 10-11).

Se a criação de um mito de origem da ordem republicana envolveu versões historiográficas conflitantes sobre o Quinze de Novembro, as definições da bandeira e do hino demonstraram a capacidade de permanência de símbolos nacionais criados durante o Império. Na disputa em torno da construção de um herói republicano, prevaleceu a figura de Tiradentes (1746-1792), martirizado ao lutar pela Independência, sobre os agentes da instauração e consolidação da República. O processo político que resultou no golpe da Proclamação teve protagonistas que, do ponto de vista simbólico, seriam candidatos naturais para representar a nova ordem. Entre as debilidades dos potenciais heróis republicanos, Carvalho arrola o discutível republicanismo do Marechal Deodoro da Fonseca (1827-1892), a falta de liderança de Benjamin Constant (1836-1891) e o dissenso provocado por Floriano Peixoto (1839-1895), que tanto dividia Exército e Marinha, como jacobinos e liberais. De acordo com os ideólogos do republicanismo triunfante, Frei Caneca (1779-1825), herói do nativismo pernambucano, executado por sua participação na Confederação do Equador, de 1824, tampouco se prestava a representar a unidade da nação, seja pelo caráter local atribuído ao movimento nordestino, seja por sua condição de clérigo, depreciada pelos positivistas.

A construção do mito de Tiradentes como precursor e mártir da Independência já fora iniciada durante o Império, quando liberais ensaiaram rivalizar sua figura com a do primeiro Imperador, por ocasião da instalação, em 1862, da estátua equestre de Pedro I no Rio de Janeiro, na Praça da Constituição, atual Tiradentes. Nesse sentido, a heroicização de Tiradentes não resulta apenas dos investimentos oficiais da República (SANDES, 2000, p. 36-37). A imagem de

Tiradentes, além do apelo que exerceu e exerce sobre a sensibilidade cristã, não antagonizava grupos sociais; ao contrário, unificava a nação em torno dos ideais de liberdade, independência e república. Mais do que um herói republicano, a figura idealizada de Tiradentes foi elevada à condição de herói nacional quando, em 1890, o 21 de abril - dia da execução do mártir mineiro, no Rio de Janeiro, em 1792 -, foi declarado data nacional pelo Governo republicano (CARVALHO, 1990, p. 55-73).

As correntes políticas republicanas ainda disputaram entre si a definição da bandeira e do hino nacionais, símbolos oficiais. No primeiro caso, apesar da preservação das cores e das formas básicas do desenho da bandeira imperial, os positivistas saíram-se vitoriosos com a introdução da legenda “ordem e progresso”, versão mutilada do lema “O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim”. No segundo caso, a conservação do hino imperial significou uma vitória da tradição, com apoio da preferência popular.

Carvalho conclui que a República obteve êxito na configuração da simbologia oficial do novo regime quando recorreu a símbolos enraizados na tradição e no imaginário social, como sucedeu nos casos da transformação de Tiradentes em herói nacional e nas escolhas da bandeira e do hino. Passada a instabilidade dos primeiros governos republicanos, o modelo liberal de república prevaleceu ao mesmo tempo em que se disseminava o desencanto com a realidade da dominação oligárquica. A especulação financeira, a intensa disputa pelo poder, inclusive com recurso às armas, e a permanência das desigualdades sociais e regionais comprometeram a consolidação de um sentimento de identidade de alcance nacional, cuja definição marcará o debate intelectual nas décadas seguintes (CARVALHO, 1990, p. 32-33 e 128).

### 3.5 CAXIAS VERSUS OSÓRIO: INVENÇÃO DE TRADIÇÕES NO EXÉRCITO BRASILEIRO

Em estudo sobre as representações simbólicas do Exército Brasileiro, Celso Castro aplica, embora com reservas, o conceito de “invenção de tradições” para analisar o surgimento e o desaparecimento de rituais e símbolos no Exército. Sua pesquisa se detém sobre três comemorações: a do 25 de agosto, Dia do Soldado, natalício de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias (1803-1880), cultuado como patrono do Exército Brasileiro, num processo iniciado nos anos 1920 e consolidado na década seguinte; a do 20 de novembro, data da tentativa de golpe



de Estado promovida pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1935, dominada pelas forças da ordem, no Rio de Janeiro, naquele mesmo dia; e a do 19 de abril, data da primeira Batalha de Guararapes, disputada em 1648, que passou a ser comemorada, a partir de 1994, como origem da nacionalidade e do Exército.

O processo de construção do culto a Caxias deslocou para plano secundário a comemoração da vitória na Batalha de Tuiuti, disputada em 24 de maio de 1866, durante a Guerra da Tríplice Aliança, ocasião em que se homenageava o comandante das tropas brasileiras naquela ocasião, General Manuel Luís Osório (1808-1879). Segundo Castro, o 24 de maio foi a mais importante comemoração militar brasileira durante mais de quatro décadas. O protagonista, mas não o único herói da batalha, foi o General Osório, exemplo de cidadão-soldado, que se distinguiu pela bravura e dedicação e se tornou o mais popular militar brasileiro até que sua memória fosse suplantada por aquela construída em torno de Caxias.

Em 1888, por decisão do Governo imperial, foram encomendadas ao escultor Rodolfo Bernardelli (1852-1931) estátuas equestres do Duque de Caxias e do General Osório. A de Osório, representado em plena ação guerreira, com espada desembainhada, foi inaugurada, em 1894, na capital da República, na Praça XV de Novembro, onde permanece até hoje. A de Caxias, representado como observador estrategista, de binóculos na mão, foi inaugurada em 1899, na mesma cidade, no Largo do Machado. Ambas as obras, dedicadas a chefes militares que comandaram na Guerra do Paraguai, precederam a monumentalização dos heróis que protagonizaram o golpe que instaurou a República: Floriano Peixoto, o “Consolidador”, em 1904; Benjamin Constant, o “Fundador”, em 1926; e Deodoro da Fonseca, o “Proclamador”, em 1937.

Em 1901, decreto do Presidente Campos Sales (1841-1913) criou a medalha do mérito militar e fixou a data de sua entrega em 24 de maio, que passou a ser referido pela imprensa como “dia do Exército”. A cerimônia, que incluía desfile de tropas, deposição de louros e salvas de tiros, realizava-se anualmente com a presença do presidente da República em frente à estátua de Osório.

A popularidade de Osório devia-se, em grande medida, a sua atuação na Guerra: a coragem o levava à beira da irresponsabilidade ao expor-se ao fogo inimigo juntamente com suas tropas. Seu carisma, personalidade acessível e estilo bonachão também contribuíram para a construção de uma imagem com apelo popular. Além desses fatores, se poderia acrescentar a militância política no Partido

Liberal, defensor da descentralização do poder, ideal parcialmente concretizado com a adoção do federalismo pela República. Filho de pequeno proprietário de terras no interior gaúcho, acostumado com a rusticidade da vida na região da fronteira, liberal descentralizador, Osório foi nobilitado por Pedro II como Marquês do Herval em janeiro de 1870, antes, portanto, do fim da Guerra do Paraguai; sua imagem, contudo, fixou-se na condição de chefe militar e assim permaneceu para a posteridade (DORATIOTO, 2008, p. 201).

Após 1880, quando faleceu Caxias, se poderia afirmar que a imagem do “Pacificador” viveu em relativo esquecimento por quatro décadas. Após a celebração do centenário em 1903, foi somente em 1923 que teve início o processo de institucionalização de Caxias como patrono do Exército, quando o Ministro da Guerra, General Fernando Setembrino de Carvalho (1861-1947), aceitou proposta de membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para que se criasse uma comemoração oficial em honra de Caxias. Há exatos 120 de nascimento do herói, o Ministro determinou a celebração, em caráter permanente, da memória do comandante em chefe das forças brasileiras na Guerra do Paraguai, cargo para o qual fora nomeado em novembro de 1866. Em 1925, o 25 de agosto passou a ser oficialmente comemorado como Dia do Soldado. Além disso, a turma de oficiais formados na Escola Militar de Realengo naquele ano escolheu Caxias como patrono. Era a primeira vez que uma turma de recém-formados decidia homenagear um vulto ou episódio histórico e, assim, se identificava por um nome de batismo. Segundo o General Aurélio de Lyra Tavares (1905-1998), um dos formandos, a ideia de vincular as turmas a um patrono teria partido do Coronel Pierre Bèziers La Fosse, que integrava a Missão Militar francesa (1986 apud CASTRO, 2002, p. 18).

Como hipótese para explicar as motivações para a introdução do culto a Caxias naquela conjuntura, Castro sugere que os levantamentos tenentistas e as divisões políticas que pontificaram a partir de 1922 exigiam do alto comando militar medidas que fortalecessem a unidade do Exército. Parecerá contraditório pretender vincular a imagem de Caxias à despolitização dos militares - precisamente a imagem de um chefe militar de presença marcante na vida nacional como Caxias, tão marcante que levou um historiador a afirmar que “ninguém influiu mais do que esse homem na marcha política do Segundo Império”. Com uma atuação pública baseada no equilíbrio, no bom senso e no tato político, Caxias caracterizou-se, segundo o mesmo historiador, pelo “absenteísmo político”, no sentido de que não se aproveitou

do prestígio pessoal para benefício próprio por meio do domínio de cargos públicos. “Caxias, que podia ter sido o caudilhismo sem par, isenta o país do caudilhismo” (SODRÉ, 1998, p. 134-141).

Segundo Castro, o sentido dos investimentos oficiais que reverenciavam Caxias consistiria na crença de que a memória de Caxias seria “um antídoto contra a indisciplina e a politização”. O recurso à imagem de Caxias cumpriria, assim, a função de afirmar o respeito à legalidade e o afastamento da política, valores que deveriam garantir a coesão castrense, fundada na disciplina e na hierarquia, ameaçadas pela desunião decorrente do envolvimento na política (CASTRO, 2002, p. 20-21).

A partir de 1931, a presença do Chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas (1883-1954), conferiu maior visibilidade e prestígio à “festa de Caxias”. O discurso oficial em torno do herói apelava para sua autoridade e para seu papel como defensor da unidade e da integridade do território nacional. Por meio da figura de Caxias, se pretendia promover a identidade entre o Exército e a Nação. Os regimes autoritários de 1937-1945 e de 1964-1985 valorizaram o papel de Caxias como garantidor da unidade nacional por meio da dominação e neutralização de movimentos contestatórios da ordem, que eclodiram, em várias regiões do País, durante o período regencial e no início do Segundo Império: a Balaiada, no Maranhão, entre 1838 e 1841; a Farroupilha, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, entre 1835 e 1845; as revoltas liberais em São Paulo e Minas Gerais, em 1842, e em Pernambuco, em 1848. Foi sua conduta na repressão a esses movimentos armados que lhe valeu o epíteto de “Pacificador”.

No contexto das reformas introduzidas pelo Coronel José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1885-1959), Comandante da Escola Militar de 1930 a 1934, foram criadas, em 1931, a “medalha Caxias”, como prêmio ao primeiro classificado no curso de formação de oficiais e, no ano seguinte, a cerimônia da entrega do espadim de Caxias, réplica em miniatura da espada de campanha utilizada pelo herói no combate de Iitororó, em dezembro de 1868. Em 1935, o Forte do Vigia, numa das extremidades da praia de Copacabana, próximo à entrada da baía de Guanabara, foi renomeado como Forte Duque de Caxias; em 1936, por determinação do Ministro da Guerra, General João Gomes Ribeiro Filho (1871-1947), foi publicado número especial da *Revista Militar Brasileira*, dedicado ao herói e distribuído livro com biografia de Caxias, originalmente publicada em 1878.

Para sintetizar o sentido conservador da invocação de Caxias como símbolo do Exército, vale reproduzir trecho de conferência proferida em 25 de agosto de 1936, pelo Diretor do Museu Histórico Nacional (MHN), Gustavo Barroso (1888-1959), líder da Ação Integralista Brasileira (AIB), publicada, em 1942, numa série promovida pelo Ministério da Educação e Saúde sobre personagens históricos nacionais:

Todos os valores morais, físicos e intelectuais do bom soldado, Caxias os possui: a bravura, a generosidade, a robustez e a inteligência, o desinteresse e o entusiasmo. Herói ilustre do Brasil, que soube combater brava e vitoriosamente em todos os setores onde o chamou o serviço da Pátria, Caxias, o Pacificador, foi o nosso maior soldado de todos os tempos. (Apud CASTRO, 2002, p. 25).

Castro chama a atenção naquela série de conferências para a ausência de Osório, como herói nacional digno de ser lembrado. À medida que a memória de Caxias ganhava evidência e prestígio, declinava a de Osório, que a partir do início da década de 1940, por iniciativa do Coronel José Pessoa, passou a ser considerado Patrono da Arma de Cavalaria, posição honrosa, mas subordinada, uma espécie de compensação pelo relativo esquecimento e pela perda para Caxias da primazia entre os militares homenageados.

Dois outros combatentes da Batalha de Tuiuti passariam a ser reverenciados como heróis e patronos de armas do Exército Brasileiro: o Brigadeiro Antônio de Sampaio (1810-1866), desde 1936 considerado informalmente Patrono da Arma de Infantaria, condição oficializada em 1962; e o Marechal Emílio Luís Mallet (1801-1885), oficializado no mesmo ano como Patrono da Arma de Artilharia.

A consagração definitiva do Pacificador se daria em 1949: o novo prédio do Ministério da Guerra, na Avenida Presidente Vargas, inaugurada em 1944 no Centro do Rio de Janeiro, recebeu o nome de Palácio Duque de Caxias. Ainda em 1949, foi construído e inaugurado o Panteão Caxias, em frente à sede do Ministério da Guerra, para onde foram transferidos os restos mortais do herói e de sua esposa, assim como a estátua de Rodolfo Bernardelli. Decreto federal de 13 de março de 1962 oficializou a condição de Caxias como Patrono do Exército Brasileiro e a de Osório como Patrono da Arma da Cavalaria.

### 3.6 O MITO DA BATALHA DE GUARARAPES COMO ORIGEM DO EXÉRCITO E DA NAÇÃO

Os investimentos oficiais em torno da comemoração do 25 de agosto e do culto à memória de Caxias - acompanhados pelo gradual abandono das comemorações da vitória em Tuiuti -, assim como a decisão de fixar o 19 de abril, data da primeira Batalha de Guararapes, em 1648, como referência simbólica para a origem do Exército Brasileiro constituem exemplos de “invenção de tradições”, no sentido definido por Hobsbawn. Conforme assinalado acima, segundo o historiador britânico, quando novas condições sociais tornam ultrapassados ritos e símbolos de uma época que se considera superada, novos símbolos e rituais são criados com vistas a inculcar valores e, por meio da repetição periódica, implantar marcos de referência identitária (HOBSBAWN, 1997, p. 4-5).

A conjuntura política na qual é tomada a decisão de lembrar Guararapes é a de consolidação institucional da “Nova República”, após o fim do regime militar (1964-1985) com a restauração democrática e sob o impacto do *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello (1949-), em 1992. A iniciativa se efetivou meses antes da primeira sucessão presidencial desde a reintrodução, em 1989, do sufrágio universal para a escolha do presidente da República. Em 1994, o Ministro do Exército, General Zenildo de Lucena (1930-), natural de Pernambuco, submeteu ao Presidente Itamar Franco (1930-2011) Exposição de Motivos em que defendia a adoção do 19 de abril como “data máxima para o Exército Brasileiro”. Em 24 de março daquele ano, decreto presidencial instituiu o 19 de abril como Dia do Exército. O decreto invoca a historiografia militar para afirmar que as raízes do Exército estavam fincadas na região de Guararapes (apud CASTRO, 2002, p. 71-2).

A argumentação para justificar Guararapes como a referência simbólica do nascimento do Exército e da nacionalidade se desenvolve em torno de uma narrativa que reelabora interpretações historiográficas sobre o episódio com vistas a conferir significado nacional, ou protonacional, à disputa pelo controle do Nordeste do território já então conhecido como Brasil. A História da América portuguesa e das rivalidades políticas e econômicas entre as potências europeias no alvorecer do capitalismo oferecem a matéria-prima para uma operação política, que visava a uma

revalorização da imagem dos militares no Brasil, desgastada desde a perda de legitimidade da ditadura instaurada em 1964.

Artigo do General Zenildo, publicado, em 20 de abril de 1998, no *Correio Braziliense*, sintetiza a narrativa sobre Guararapes com base nas ideias de confronto, vitória e significado histórico nas seguintes linhas. O conflito se instaurara a partir da ocupação de parte do território do Nordeste brasileiro por forças neerlandesas; para romper a relação de exploração então imposta, homens da terra decidiram enfrentar o invasor, mais bem equipado e em maior número. Com esforço, bravura e emprego de táticas de guerrilha, aqueles patriotas, insuflados pelo sentimento pátrio ferido, conseguiram superar os invasores: “um povo oprimido lograva impor sua vontade ao dominador”. Pela primeira vez, brancos, mestiços, índios e negros se uniam em torno de um ideal “nacional” e, assim, “demonstraram nossa capacidade de defender a soberania do território nacional”. A miscigenação, característica do povo brasileiro, manifestava-se na união das raças formadoras da nacionalidade e se afirmava como elemento positivo, portador de criatividade, tolerância e solidariedade (LUCENA, 1998).

A mensagem que se transmite em cada comemoração do 19 de abril é a de que Guararapes simboliza o nascimento do Exército e da nacionalidade, associados na luta contra um invasor estrangeiro. Com efeito, Celso Castro identifica quatro ideias-força presentes na institucionalização de Guararapes como Dia do Exército: (1) a identificação do Exército com a nação brasileira, pois ambos têm sua origem no mesmo episódio histórico, a partir do qual teria sido criado um vínculo indissolúvel entre as duas instituições; (2) o Exército representa a nação, uma vez que é integrado pelas três raças formadoras do povo brasileiro; (3) a luta travada pelos patriotas de Guararapes foi contra um invasor estrangeiro; e (4) ainda que o inimigo fosse superior em efetivo e em equipamentos militares, os patriotas demonstraram bravura e criatividade militar ao lograrem a vitória empregando táticas de guerrilha (CASTRO, 2002, p. 72-74).

A operação de atualização de Guararapes e sua transformação em símbolo nacional implicaram a valorização dos componentes étnicos da nacionalidade brasileira e sua harmonização. Assim, as origens raciais da brasilidade ficaram representadas pelos cinco chefes militares “lusu-brasileiros”, alçados a “Patriarcas do Exército”, que protagonizaram a luta contra os neerlandeses: o reinol João Fernandes Vieira (c. 1610-1681), natural da Madeira,

radicado na capitania de Pernambuco; o mazombo, isto é, branco, filho de portugueses, nascido no Brasil, André Vidal de Negreiros (1606-1680); o negro Henrique Dias (-1662); o índio Antônio Felipe Camarão (1600-1648), chamado Poti pelos indígenas; e o português Francisco Barreto de Menezes (1616-1688), comandante-em-chefe das forças luso-brasileiras entre 1648 e 1654. Neste quadro estão representadas as matrizes étnicas ameríndia, africana e europeia, a última, dominante, com três representantes de diferentes naturalidades: o português madeirense, o mazombo ou português brasileiro e o português do Reino.

A invocação contemporânea de Guararapes finca raízes no nativismo pernambucano, seu antecedente histórico, que também deu uma aplicação política à História. Para entender o sentido dessa apropriação, portanto, deve-se buscar uma análise histórica do nativismo como fenômeno político e ideológico.

Segundo o historiador Evaldo Cabral de Mello, as guerras de resistência (1630-1645) e de restauração (1645-1654) contra o holandês forneceram a matriz histórica e ideológica do nativismo pernambucano. De acordo com a versão historiográfica nativista do domínio holandês, a expulsão do invasor batavo se fez “à custa do sangue, vidas e fazendas dos colonos”, ou seja, à custa do esforço, da coragem e da dedicação da população local, cuja disposição para a luta teria ido de encontro à orientação da Coroa portuguesa (MELLO, 2008, p. 183).

Cabral de Mello identifica três períodos no desenvolvimento do nativismo pernambucano. Após a capitulação dos holandeses, em 1654, o primeiro nativismo expressou a pretensão da classe senhorial local de governar com autonomia, desejo subjacente ao conflito da Guerra dos Mascates (1710-1711), que resultou na derrota da “nobreza da terra”. A frustração decorrente da repressão da metrópole teria dado lugar à moderação ao longo do século XVIII, quando o nativismo “de transação” passou a cultivar sentimentos localistas de orgulho cívico sem manifestações antilusitanas ostensivas. O surgimento de movimentos anticoloniais, no início do século XIX, inaugurou ciclo insurrecional republicano e federalista, que teve seus momentos mais dramáticos na Revolução de 1817, na Confederação do Equador, de 1824, e na Revolução Praieira, de 1849-1850. A partir de meados do século XIX, o nativismo teria se esgotado como força de arregimentação política com a definitiva integração da província à ordem imperial. Ao longo de dois séculos, entre c. 1650 e 1850, o nativismo ampliou e modificou sua base social: de nobiliárquico, ou seja, fundado na classe de senhores de engenhos e escravos, incorporou no Setecentos

a elite mercantil e a burocracia civil, militar e eclesiástica; durante a agitação da época da Independência, recebeu a adesão das camadas populares urbanas, ao mesmo tempo em que os grandes proprietários recuavam (MELLO, 2008, p. 15-19).

Os protagonistas das lutas políticas em Pernambuco à época da Independência, cientes do poder de convocatória dos chefes militares da Restauração Pernambucana, invocaram sua memória para mobilizar o apoio popular. Esse poder de mobilização derivava sua força tanto da circunstância de que se lutara contra um invasor estrangeiro como da condição, ostentada pelos chefes invocados, de representantes da diversidade étnica que caracterizava o “povo” brasileiro. Unidos, os grupos étnicos que compunham o povo brasileiro expulsaram os holandeses no século XVII e poderiam, no início do século XIX, expulsar o opressor metropolitano para realizar a emancipação política.

A apropriação do 19 de abril como Dia do Exército retoma, com adaptações, a apropriação histórica feita pelo nativismo pernambucano, que, nos tempos da Independência, promovia o culto cívico da tetrarquia de heróis da guerra holandesa: Vieira, Vidal, Dias e Camarão. Cabral de Mello assinala três exclusões operadas pelo culto nativista: (I) Na tetrarquia somente foram incluídos os que lutaram a guerra vitoriosa da restauração, e não os que lutaram a guerra de resistência. (II) Entre os heróis cultuados, não há estranhos à capitania, pois mesmo Vieira, embora natural da Madeira, radicara-se e enriquecera em Pernambuco, para onde veio menino; (III) Por fim, não há mestiços entre os tetrarcas, como se as matrizes étnicas vivessem segregadas; embora Vieira tivesse mãe negra ou mulata, sua condição social o “embranquecera”. Mello indica ainda que o nativismo, para reduzir o protagonismo do reinol Vieira - que encomendara a cronistas versões laudatórias de sua atuação na guerra, as quais permaneceram como principais fontes historiográficas sobre os eventos -, rompeu o equilíbrio das três matrizes étnicas e duplicou a representação caucasiana ao incluir o colono Vidal de Negreiros como representante da nobreza da terra (MELLO, 1998, p. 186).

A ausência de Francisco Barreto de Menezes do panteão nativista se justificaria à época da Independência por se tratar de um reinol, cuja memória não fazia sentido cultural para quem desejava a libertação de Portugal. Menezes fora nomeado pela Coroa, em 1648, com vistas a garantir-lhe algum nível de controle sobre a insurreição, que até então fora conduzida com margem substancial de autonomia. Após a restauração, foi nomeado governador geral da capitania, cargo



que ocupou entre 1654 e 1657, quando atuou em sentido contrário aos interesses locais ao pretender subordiná-la à Bahia. Após comandar, vencer e governar, retornou a Lisboa, não sem antes mandar erigir capela para o culto da restauração (MELLO, 1998, p. 200-202). Barreto de Menezes passaria a integrar o panteão de Patriarcas do Exército por ter exercido o comando supremo das forças militares vitoriosas: uma vez que os quatro generais restauradores haviam sido subordinados a ele, o superior hierárquico não poderia deixar de ser reverenciado.

Em algumas versões extraoficiais dos Patriarcas do Exército - como no monumento erigido no pátio do Colégio Militar de Brasília - é incluído no panteão o português Antônio Dias Cardoso (-1670). Como subcomandante de João Fernandes Vieira, Dias Cardoso teve participação destacada na Batalha de Guararapes, atuando como “mestre das emboscadas”, o que lhe valeu ser cultuado como patrono do Batalhão de Forças Especiais (CASTRO, 2002, p. 70-71).

O investimento oficial na Batalha de Guararapes está em vigor há vinte anos; foi proposto e adotado numa conjuntura política específica. Instituída com a finalidade de estabelecer um ritual simbólico, a apropriação de Guararapes como origem do Exército e da nacionalidade, do ponto de vista historiográfico, padece de anacronismo. O Brasil não existia como entidade política dotada de soberania; o território da América portuguesa era então dividido em unidades político-administrativas independentes entre si e diretamente subordinadas à administração colonial de Lisboa. A Restauração Pernambucana (1645-1654) não correspondeu a uma luta pela emancipação nacional, e sim pela retomada da soberania portuguesa sobre território previamente colonizado. Mesmo que se considere a formação do povo brasileiro como resultado de um processo histórico de miscigenação das raças “branca”, “negra” e “ameríndia”, a identificação das forças “luso-brasileiras” que lutaram em Guararapes como unidades militares definidas segundo a matriz étnica demonstraria os limites da integração racial na América portuguesa.

Se o objetivo da instituição de datas comemorativas de episódios históricos consiste em estabelecer referenciais de identidade nacional baseados em valores para, destarte, fortalecer a coesão social, caberia avaliar o grau de apropriação social do mito de Guararapes como origem do Exército e da nacionalidade. Seria o caso de indagar se a instituição do Dia do Exército na data da primeira batalha de Guararapes, em 1648, contribui para que o Exército seja identificado pela sociedade brasileira hoje como formador da nacionalidade?

#### **4 CONCLUSÃO: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E DA IDENTIDADE NACIONAL COMO ARENAS POLÍTICAS**

A narrativa desenvolvida na seção anterior pretendeu apresentar, de forma sumária, momentos históricos de disputas políticas em torno da construção de símbolos de identidade nacional.

No caso das festas públicas da Aclamação e da Coroação, em 1822, seus respectivos significados poderiam ter sido antagônicos, opondo soberania popular e legitimidade dinástica. A neutralização política de setores políticos mais liberais, contudo, tornou as comemorações complementares: apresentação de um novo poder nacional, respaldo pela vontade popular e amparado no constitucionalismo, ao mesmo tempo em que reconhecido internacionalmente como dinastia soberania.

O Indianismo literário contou com apoio do Imperador para projetar um mito simbólico de origem da nação, baseado na idealização romântica do índio. Enquanto as populações indígenas sobreviventes ao processo de colonização permaneciam excluídas do projeto civilizatório bragantino, um movimento cultural de caráter intelectual foi instrumentalizado para objetivos simbólicos e políticos.

A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai e a afirmação da hegemonia brasileira no subsistema internacional de poder da bacia do Prata ofereceu a oportunidade para o Estado imperial financiar grandes obras artísticas, que projetavam heróis militares como instrumentos para o culto cívico da Monarquia. Nas encomendas oficiais de grandes telas sobre episódios da confrontação bélica, o campo da arte se cruza com o campo da memória política para afirmar a grandeza da pátria, justificar e legitimar a atuação internacional do Império do Brasil.

A Proclamação da República, em 1889, exigiu novos referenciais para a identidade nacional. Para simbolizar o novo regime, a figura de Tiradentes, mártir da luta contra a opressão colonial, executado na forca em 1792, adaptou-se melhor do que os personagens militares protagonistas do golpe que pôs fim à Monarquia.

O culto a Caxias como patrono do Exército foi uma construção política, que se desenvolveu a partir da década de 1920, quando se dissolvera a memória da Guerra do Paraguai. O sentido de sua memória sofreu ressignificações à medida que a necessidade de legitimação de governos fortes e autoritários - como o Estado Novo (1937-1945) e o regime militar de 1964 a 1985 - solicitou a invocação de valores como autoridade, unidade e disciplina, associados ao “Pacificador”.

A invocação de Guararapes como origem da nacionalidade reproduz apropriação simbólica de significados políticos já instrumentalizada pelo nativismo pernambucano no século XIX. À operação contemporânea se pode reconhecer ousadia e até criatividade, mas o anacronismo explícito tende a criar dificuldades para um enraizamento longo.

Embora a apresentação das arenas políticas tenha reproduzido a linearidade cronológica, parece que qualquer narrativa da construção e desconstrução de referenciais da identidade nacional padecerá do defeito - ou da virtude - de ter um caráter fragmentário. Talvez isso se deva ao caráter processual da identidade nacional, em permanente construção e movimento.

Por falta de tempo, não foi possível examinar outros processos de luta política em torno de representações simbólicas da nação, como por exemplo, a instalação da estátua equestre de Pedro II na Praça da Constituição, em 1862, ou a construção da tradição Rio Branco no Itamaraty e sua oficialização como patrono da diplomacia brasileira ou, ainda, a apropriação, pelo órgão federal dedicado à preservação de bens culturais, do barroco mineiro - em especial, de sua expressão arquitetônica - como matriz civilizacional da nacionalidade.

Em comum, tanto os processos examinados como aqueles que a pesquisa continuada poderá aprofundar revelam o caráter de arenas de disputas políticas, onde visões políticas diferentes, por vezes antagônicas, se enfrentaram em torno de referenciais de identidade, os quais são operacionalizados como fontes de legitimação e instrumentos da coesão social.

No processo de construção de referenciais de identidade nacional, a apropriação do passado é recurso corrente e sua aplicação obedece a objetivos políticos. O enraizamento dos símbolos nacionais no imaginário social, isto é, o nível da apropriação social dos símbolos está condicionado por múltiplos fatores no quadro de condições sociais, políticas e econômicas específicas. A permanência de certos símbolos nacionais está diretamente relacionada com sua apropriação social: a idealização romântica do índio não sobreviveu à queda da Monarquia; a associação do martírio de Tiradentes ao de Cristo favoreceu a consolidação do mito e do símbolo; as comemorações de Guararapes ainda rivalizam com o natalício de Caxias sobre a condição de efeméride mais importante do Exército Brasileiro. Em jogo, a manipulação da memória, escolhas políticas sobre o que se deseja lembrar e preservar e o que se deseja esquecer e descartar.

Algumas conclusões podem ser extraídas das reflexões e análises históricas que se esboçaram ao longo do presente estudo e podem ser sistematizadas da seguinte maneira:

1. Longe de ser um dado natural, a identidade nacional deve ser entendida como um processo histórico, social e político.
2. O Estado nacional atua como agente interessado no processo de construção de referenciais de identidade nacional, sobre o qual investe recursos simbólicos, que vão da simbologia oficial (bandeira, hino, brasão, selos etc.) a patrimônios materiais (edificações, monumentos, obras de arte, acervos museológicos etc.) e patrimônios intangíveis (saberes e fazeres, festas, cerimônias, manifestações da cultura popular, como música, dança, culinária, técnicas etc.).
3. O processo de construção simbólica da identidade nacional não se restringe aos campos do patrimônio e da memória social, mas são nesses campos que se configuram as arenas de disputas políticas em torno dos símbolos da nacionalidade.
4. As ações do Estado nacional no sentido de construção de símbolos da nacionalidade podem ser entendidas como integrantes de uma *política de memória*, que abrangeria a política de preservação de bens culturais, materiais e intangíveis.

Os estudos sobre patrimônio e museus ganharam impulso nos últimos anos no Brasil, coincidindo, não por acaso, com a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), em 2009, órgão desmembrado do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e com a proliferação de cursos universitários de graduação e pós-graduação em Museologia e Memória Social. O estudo ora apresentado pretendeu contribuir para a reflexão acadêmica sobre a construção da identidade nacional e sobre o papel do Estado na promoção e no aproveitamento do patrimônio cultural e histórico, material e intangível, como fator de desenvolvimento cultural e fortalecimento do sentimento de pertença à comunidade nacional.

Em países de origem colonial e acostumados a ocupar um lugar periférico no sistema internacional, como o Brasil, ao Estado cabe um importante papel como indutor do desenvolvimento social, em particular no campo da cultura, da educação e da saúde. Nesse sentido, a formulação e a implementação de uma política de memória e de preservação, pesquisa e divulgação do patrimônio cultural e histórico, material e intangível, deve constituir prioridade para o desenvolvimento cultural da sociedade. Caso a preservação do patrimônio cultural e histórico possa ser

empreendida como objeto de uma política de memória abrangente, discutida e elaborada com a participação dos agentes sociais diretamente envolvidos, maiores serão suas possibilidades de êxito. Uma política de memória que se pretenda bem sucedida no Brasil contemporâneo deverá ser entendida como um instrumento de educação e de comunicação a serviço da sociedade; deverá contemplar a ampliação das possibilidades de reconhecimento identitário, de modo a reconhecer e valorizar a diversidade cultural brasileira, assim como a ampliação do consumo cultural, com vistas à inclusão de segmentos sociais excluídos do campo da cultura (MinC, 2007).

Ocasões como as comemorações de efemérides nacionais, tal como a do bicentenário da Independência, a ser celebrado em 2022, oferecem oportunidades singulares para se repensar o País, suas mazelas, realizações e potencialidades. Planejadas com a antecedência necessária, com a participação da pluralidade dos segmentos diversos que integram a sociedade brasileira, as comemorações do bicentenário poderão fortalecer a coesão social e, em cada cidadão, o sentimento de fazer parte da comunidade nacional.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. Introdução. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP & A, 2003. p. 11-14.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **O patrimônio**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

BARDI, P. M. **História da Arte Brasileira**: pintura, escultura, arquitetura, outras artes. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Nacional de Museus/Organização e textos**: José do Nascimento Junior; Mário de Souza Chagas. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico. **Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio**. Rio de Janeiro, 2006.

BUENO, Alexei. **Arte e História do Brasil na Coleção Fadel**. Rio de Janeiro: Edições Fadel, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal**: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.

COLI, Jorge. **Como estudar a Arte Brasileira do século XIX?** São Paulo: Senac, 2005.

CONDURU, Guilherme Frazão. **O Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty**: história e revitalização. Brasília, DF: FUNAG, 2013.

DONATO, Hernâni. **Dicionário das batalhas brasileiras**: dos conflitos indígenas aos choques da reforma agrária. 2. ed. ampl. São Paulo: IBRASA, 1996.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **General Osório**: a espada liberal do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ENDERS, Armelle. O Plutarco Brasileiro: a produção de vultos nacionais no Segundo Reinado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 41-62, 2000.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: USP, 1995.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC/IPHAN, 2005.

GILLIS, John R. Memory and Identity: the history of a relationship. In: GILLIS, John R. (Org.). **Commemorations**: the politics of national identity. Princeton: Princeton University Press, 1994. p. 4-24.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP & A, 2003. p. 21-29.

GONÇALVES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

HOBSBAWN, Eric. Introduction: Inventing Traditions. In: HOBSBAWN, E.; RANGER, T. (Orgs.). **The invention of tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 1-14.

\_\_\_\_\_. Mass-producing traditions: Europe - 1870-1914. In: HOBSBAWN, E.; RANGER, T. (Orgs.). **The invention of tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 263-307.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LOPEZ, Emilio Carlos Rodriguez. **Festas públicas, memória e representação**: um estudo sobre manifestações políticas na Corte do Rio de Janeiro, 1808-1822. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

LUCENA, Zenildo Gonzaga Zoroastro de. Mensagem de Guararapes. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 20 abr. 1998, p. 2, Guararapes: 350 anos.

MELLO JÚNIOR, Donato. Temas Históricos. In: ROSA, Ângelo de Proença et al. **Victor Meirelles de Lima (1832-1903)**. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1982. p. 55-102.

\_\_\_\_\_. **Pedro Américo de Figueiredo e Melo (1843-1905)**. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1983.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio**: o imaginário da restauração pernambucana. 3. ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008.

NORA, Pierre. Entre Mémoire et Histoire: la problématique des lieux. In: NORA, Pierre (Org.). **Les Lieux de Mémoire**, Paris: Gallimard, 1997, p. 23-43.

PONTUAL, Roberto. **Dicionário das Artes Plásticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

RENOUVIN, Pierre. As Forças Profundas. In: RENOUVIN, P.; DUROSELLE, J.-B. **Introdução à História das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Difel, 1967. p. 5-282.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros Ribeiro. **Os símbolos do poder: cerimônias e imagens do Estado monárquico no Brasil**. Brasília, DF: UnB, 1995.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos. **Efemérides brasileiras**. Rio de Janeiro: MRE, 1945.

\_\_\_\_\_. **Esboço da História do Brasil**. Brasília, DF: MRE/FUNAG/IPRI, 1992.

RODRIGUES, José Honório. **Independência: revolução e contrarrevolução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. (A evolução política, v. 1).

\_\_\_\_\_. **Independência: revolução e contrarrevolução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. (A política internacional, v. 5).

SANDES, Noé Freire. **A invenção da nação: entre a Monarquia e a República**. Goiânia: UFG/Agência Goiana de Cultura, 2000.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. **A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz et al. **A Batalha do Avaí: a beleza da barbárie: a Guerra do Paraguai pintada por Pedro Américo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz et al. **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do Segundo Império**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

\_\_\_\_\_. **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.